O DÍZIMO
E A
GRAÇA

Antonio Vergilio Vicente

O Dízimo e a Graça

Fostes comprados por bom preço; não vos façais servos dos homens, 1 Co 7.23.

Escritor: **Ev. Antonio Vergilio Vicente**

Contatos e pedidos:

contato@odizimoeagraca.com

(47) 3361-4260
(47) 9111-9054

Balneário Camboriú – SC

Dedicatória

Este livro é dedicado à Igreja de Deus que está em toda a face da terra, aos santificados em Cristo Jesus, a todos os que glorificam o nome do Senhor Deus Todo-Poderoso, e que com seus corações voltados para Ele buscam sabedoria para aprofundar-se mais e mais no conhecimento da Sua Santa e Gloriosa Palavra.

A todos, graça, paz e sabedoria da parte de Deus Pai e da do Senhor Jesus Cristo.

Agradecimentos

Meus agradecimentos especiais são para o Deus Pai Todo-Poderoso, e a Seu Filho Jesus Cristo, que pelo Seu Espírito Santo me concedeu o perfeito conhecimento das Santas Escrituras no que tange a salvação pela Sua maravilhosa Graça, para orientar o povo santo à contribuir de acordo com a Sua perfeita vontade.

A Ele, glória para todo o sempre. Amém!

Índice

Introdução..... 11

1. O Dízimo Antes da Lei..... 15

2. O Dízimo na Lei 24

3. O Dízimo no Novo Testamento..... 33

4. Com Qual Percentual Devemos Contribuir 79

5. Qual Foi a Intimidade de Paulo Com os Dízimos? 94

6. O Esclarecimento da Liberdade Cristã.....103

7. O Dízimo em Contradição a Graça 114

8. O Dízimo em Contradição a Graça 130

9. Como Repreendo o Devorador?.....155

10. Como Receber as Bênçãos Financeiras? .174

10. A Lei de Mandamentos Carnais e a Lei da Graça.....192

12. A Finalidade de Contribuição Financeira da Igreja.....214

12. Conclusão.....244

Introdução

O Dízimo e a Graça é um livro revelado por Deus, que visa esclarecer, à luz da Bíblia, toda a realidade sobre a verdadeira contribuição cristã, e libertar a muitos do jugo da Lei do dízimo.

A libertação dos cristãos, em relação ao cumprimento da Lei do dízimo, está exposta em toda a Bíblia, porém, o que acontece nos nossos dias, é que muitos obreiros estão desviando a atenção do povo de Deus da verdadeira contribuição cristã, com a intenção de arrecadar pela ordenança da Lei de mandamento carnal. Pegam as mensagens bíblicas que foram escritas para o povo que vivia debaixo da Lei, mensagens do Antigo Pacto, e as aplicam ao cristianismo.

Ao invés de ensinarem o povo a contribuir por amor a obra de Deus, acham mais fácil e confortável (para si mesmos) ensinarem o povo a

ter medo das ordenanças do Antigo Pacto, sob ameaças da maldição da Lei, segundo Malaquias 3 8-10, levando o povo a contribuir para sentir o alívio de um peso obrigatório (para o resgate de uma dívida para com Deus), rejeitando assim o que foi estabelecido pelo Espírito da Graça.

Amados irmãos, sabemos que a contribuição financeira é muito importante, mas, não devemos nos deixar influenciar por mensagem que venha nos trazer um Evangelho diferente do que já foi anunciado pelos Santos Apóstolos, seja ela pregada por bispo, evangelista, ancião, pastor, etc. O apóstolo Paulo, que pregava o Evangelho da Graça, disse: *ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie outro Evangelho além do que já vos tenho anunciado,* ***seja anátema*** (Gl. 1.8).

Outrossim, vale lembrar que a determinação de contribuição financeira no regime do Evangelho

pregado pelos apóstolos, era: *Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deu ama ao que dá com alegria (2 Co 9.7).* Observem que, segundo o apóstolo Paulo, o que passar disto é anátema. Então, fica claro que a obrigação do cumprimento dos 10%, o dízimo, é anátema. Não podemos esquecer que o legalismo distorce o Evangelho.

Portanto, amados irmãos, devemos contribuir pelo ensinamento do Espírito de vida, em Cristo Jesus, e não pelo ensinamento da ordenança da Lei.

Porque o Espírito de vida, em Cristo Jesus, ensina a contribuir livremente e por propósito de coração, enquanto a ordenança da Lei ensina a cumprir percentual.

Contudo, devemos ouvir a doutrina pregada pelos obreiros, porém, examinando sempre nas Escrituras se ela realmente

corresponde à verdade do Evangelho. Devemos seguir o sublime exemplo dos bem-aventurados bereanos que, "**de bom grado receberam a Palavra, examinando cada dia nas Escrituras se estas coisas eram assim**" (At. 17.11).

Minha oração é que Deus dê graça, paz e sabedoria a todos e que possam tirar o melhor proveito espiritual do que aqui exponho, visto que não tenho por intenção o ataque e ferimento a alguém, embora não deixo de ser enfático e incisivo em pontos necessários para que (como disse o apóstolo Paulo) **a verdade do Evangelho permaneça entre nós** (Gl 2.4-5).

1. O Dízimo Antes da Lei

Se Abraão vivesse na época do cristianismo, provavelmente não daria continuidade a algumas obras que praticara antes da Lei, como: circuncisão, sacrifícios de animais, nem tampouco a lei do dízimo; pois Abraão amava verdadeiramente a Deus e sempre preferiu servi-Lo de acordo com a Sua perfeita vontade.

Muitos obreiros religiosos aplicam a lei do dízimo ao cristianismo, sob alegação de o dízimo ter sido praticado antes da Lei e inclusive pelo patriarca Abraão; mas, tal alegação não tem fun-damento espiritual; pois vale lembrar que nem todas as obras praticadas anteriormente à Lei, inclusive por Abraão, podem ser aplicadas no cristianismo.

Antes da Lei, outras obras também eram praticadas por Abraão, como:

- Celebração de sacrifícios de animais (Gn 8.20; 22.13; 33.20) - Circuncisão (Gn 17.10-11; 17.23; 21.04; etc.).

Obras essas, praticadas anteriormente à Lei pelo povo de Deus, inclusive, obviamente, pelo patriarca Abraão. Porém todo cristão entende claramente, pelo ensinamento do Espírito Santo, que tais obras não devem ser aplicadas no cristianismo. Então, isto confirma que muitas das obras que foram praticadas antes da Lei e também por Abraão, não se enquadram na prática do verdadeiro cristianismo.

Quanto ao **Dízimo,** por ser **o imposto de renda da nação**, observa-se que só foi devidamente cobrado pelas autoridades eclesiásticas durante o tempo em que o ministério religioso

era incorporado ao Estado, ou seja, unificado à administração política.

Por esse motivo Abraão deu o dízimo a Melquisedeque, porque Melquisedeque não era somente sacerdote, mas também era rei (era político) (Gn 14.18 ; Hb 7.2).

Melquisedeque também governava o país. O dízimo sempre foi o **imposto de renda da nação;** uma parte era para a administração sacerdotal, outra se destinava à administração política, muito usada em Assistência Social.

O livro de Deuteronômio, 14.28-29, diz que deveriam recolher os dízimos da colheita para que houvesse **alimentos** em suas cidades, para os levitas, o estrangeiro, o órfão e a viúva (Dt 14.28-29; 26.12-14).

Os dízimos deveriam ser levados, não aos sacerdotes, mas aos levitas (Ne 10.37).

Os levitas deveriam levar aos sacerdotes o dízimo dos dízimos, conforme a ordenança da Lei (Nm 18.26-28).

Aos sacerdotes era repassado, pelos levitas, somente um décimo do valor dos dízimos (**o centésimo da renda do povo**) o que se chama de "**dízimo dos dízimos**" (Ne 10.38; Nm 18.26-28).

No caso de Melquisedeque, coube a ele receber todo o dízimo, pelo fato de administrar os dois ministérios, o religioso e o político, pois era sacerdote, mas também era rei (Gn 14.18; Hb 7.2).

O dízimo (o imposto de renda) pertencia ao Reino de Deus em virtude de o país ser administrado religiosamente; pois sabemos que a religião e a política caminhavam juntas. Eram dois ministérios em uma só realidade. Mas o

ministério cristão foi constituído, sem dúvida, separado da política.

É evidente que por Deus ter constituído o ministério de Sua Igreja totalmente separado do Estado, a administração política passou a pertencer exclusivamente ao reino deste mundo. E o ministério da Igreja de Cristo é totalmente desvinculado desse reino: são coisas distintas, o próprio Jesus declarou: "*O meu Reino não é deste mundo*" (Jo 18.36). Então entendemos, com esta declaração de Jesus, que o recebimento do **imposto de renda (o dízimo)** ficou somente a cargo do governo político.

Porém, tanto no tempo da dispensação da Lei, como na época de Abraão, a administração religiosa era incorporada ao Estado. Por isso o ministério cristão não pode tomar por base e fundamento casos anteriores à Lei com o intuito de cobrar dízimo no cristianismo.

Observa-se que os que cobram o dízimo argumentam, baseando-se no fato de Abraão ter dado o dízimo por fé. Sendo assim, deveriam também pela mesma fé circuncidar-se e oferecer sacrifícios. Por acaso a circuncisão e os sacrifícios de Abraão, além de antecederem a Lei, também não foram praticados por fé?

Abraão foi o primeiro a praticar a obra da circuncisão (Gn 17.10-11; 17.23; 21.04). Paulo, porém, escrevendo aos Gálatas, 5.2-4, diz que se o crente se circuncidar, Cristo para nada aproveita e o tal está obrigado a guardar toda a Lei.

Abraão também oferecia sacrifícios de animais, mas como todos sabem, segundo o ensinamento do escritor aos Hebreus (Hb 10.5-9), os sacrifícios já não são mais.

Desta forma, ainda que Abraão tenha vivido antes da Lei, não deixa de ser uma época

em que muitas obras realizadas eram bem diferentes das obras do cristianismo. Pois antes da Lei a morte ainda reinava pelo pecado de Adão (Rm 5. 14).

Por que Abraão oferecia sacrifícios de animais e praticava a circuncisão? Provavelmente porque ainda não estava em prática a Graça da Salvação que há em Cristo Jesus.

Podemos afirmar, com absoluta certeza espiritual, que, se Abraão vivesse na época cristã, não praticaria tais obras.

"COMO A IGREJA PODE SE MANTER FINANCEIRAMENTE SEM O DÍZIMO?"

Segundo o Evangelho, a Igreja não deve se manter de dízimo, mas de ofertas voluntárias (da verdadeira contribuição cristã). Quando a Bíblia condena a cobrança de dízimo no cristianismo, não

significa que está contrariando a prática das ofertas. Não se pode associar dízimo a contribuição cristã.

O verdadeiro cristão, não depende da Lei do dízimo para poder contribuir. O obreiro apresenta as necessidades financeiras da obra de Deus, e o cristão, impulsionado pelo amor, abre o coração e contribui espontaneamente com o máximo que pode. Isto por amor e não para cumprir um percentual. Para o verdadeiro cristão contribuir não precisa estar debaixo da Lei do dízimo, mas apenas diante das necessidades da obra de Deus.

A cobrança de dízimo expressa falta de confiança na espiritualidade da igreja. Por esta razão está escrito que **a lei não é feita para os cristãos, mas para os ímpios, para os profanos, para os que são contra a sã doutrina (1 Tm 1.9-10).** Deus quer que deixemos o povo cristão em liberdade para

contribuir. Portanto, não devemos mudar a doutrina cristã, mas sim aplicar o ensinamento genuíno do Novo Testamento, dizendo: *"Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria" (2 Co 9.7).*

2. O Dízimo na Lei

Enquanto a Lei e os Profetas exigiam a prática da ordenança dos dízimos do povo da Aliança Levítica, era profetizada a liberdade de contribuição para o povo da Nova Aliança (para o cristianismo).

Devemos aceitar e concordar, também, e principalmente, com a cobrança do DÍZIMO durante a dispensação da Lei, visto que em tal época a nação também era, politicamente, administrada pelas autoridades religiosas; e o DÍZIMO (**o imposto de renda**) aparecia naquela dispensação como ordenança de Deus; e todo o povo que vivia sob a Lei, deveria praticá-lo.

O DÍZIMO na Lei aparece pela primeira vez em Levítico 27.30-34. O texto nos mostra

que deveria ser dado o dízimo do campo, da semente do campo, do fruto das árvores, das vacas, das ovelhas e de tudo que passasse debaixo da vara.

Os dízimos deveriam ser observados de forma rigorosa, pois eram considerados santos ao Senhor (Lv 27.32).

Deveriam ser levados aos levitas, porque o Senhor lhes dera por herança, pelo serviço que exerciam na tenda da congregação (Nm 18.21).

Os levitas deveriam levar aos sacerdotes o dízimo dos dízimos (**o centésimo da renda do povo**), como ordenava a Lei (Nm 18.26; Ne 10.38).

A cada 3 anos o povo deveria recolher os dízimos da colheita para que houvesse alimentos em suas cidades para o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva (Dt 14.28-29; 26.12-14).

O versículo 10 do capítulo 3 de Malaquias nos fala que o dízimo era para que houvesse mantimento na casa de Deus.

Na Lei, o homem que não fosse dizimista era considerado ladrão e estaria debaixo da maldição, por não cumprir tal ordenança da Lei (Ml 3.8 ; Gl 3.10).

Então, fica claro que aquele povo deveria dizimar, pois fazia parte das ordenanças do Senhor aos que estavam debaixo da Lei.

Todavia, devemos rejeitar a exigência do dízimo no Cristianismo, por ele ser exclusividade do Velho Testamento e não um mandamento cristão. A prática da lei do dízimo é, na verdade, proveitosa, se o tal guardar toda a Lei (viver segundo a Lei). Esta foi a advertência do apóstolo Paulo aos romanos que insistiam na prática da circuncisão, dizendo: "*Porque a circuncisão é, na verdade, proveitosa, se tu guardares a lei*" (Rm 2.25).

E a advertência de Jesus aos fariseus dizimistas, que não guardavam toda a Lei foi: "*Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Pois que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei*" (Mt 23.23).

Se alguém quer viver debaixo da Lei, tem que ser íntegro na sua prática, sem tropeçar em

um só ponto (Tg 2.10). Neste caso a sua salvação seria pelas obras da Lei, e não pela Graça de Cristo (Gl 5.4).

Malaquias profetiza o fim da lei do dízimo e a liberdade de contribuição para o cristianismo

Ao mesmo tempo em que a Lei e os Profetas exigiam a prática da ordenança dos dízimos do povo da Aliança Levítica, era profetizada a liberdade de contribuição para o povo da Graça. Motivo pelo qual, para os cristãos, a Lei e os Profetas duraram até João Batista (Mt 11.13). Porque com a pregação de João, deu-se a transição da Lei para a Graça; bem compreendido, para aqueles que aceitam a salvação pela Graça de Cristo.

A Lei profetizou o seu próprio fim; é o que justifica a expressão de Paulo aos gálatas, quando declara: "*Eu pela lei estou morto para a lei para viver para Cristo*" (Gl 2.19).

No capítulo 3 do livro de Malaquias, a Palavra de Deus faz menção da contribuição do povo da Lei mosaica, e também da contribuição do povo da Graça (do cristianismo). Nota-se que antes de a Palavra de Deus exigir a cobrança do dízimo do povo da Aliança Levítica, impondo a sua prática sob pena da maldição da Lei (Ml 3.8-10), profetiza o fim do dízimo e a liberdade de contribuição para o cristianismo (Malaquias 3.1-5). No versículo 3 diz: **trarão ofertas em justiça**, e no versículo 4, que **a oferta será agradável ao Senhor como nos dias antigos, como nos primeiros anos**. Esses dias antigos e os primeiros anos mencionados neste versículo referem-se à saída

do povo do Egito, aos primeiros anos da caminhada; pois sabe-se que nesse tempo não era aplicada a cobrança do dízimo. Segundo a Bíblia Sagrada, a ordenança dos dízimos já havia sido promulgada, mas a sua prática só começaria após a entrada na terra prometida (Dt 26.1-12). Até então, eram feitas ofertas espontâneas (Ex 36.2-7; 35.4-29; Nm 7.1-8; 31.48-54). Porém, o povo contri-buía com tanto amor e com o coração tão voltado para a obra de Deus, de maneira que sobejavam ofertas. Algumas vezes, Moisés tinha que pedir ao povo que parasse de contribuir (Ex 36.5-7).

Essa agradável abundância de contribuição era proporcionada pelo amor e prontidão de vontade do povo. A generosidade do povo para com a obra de Deus **naqueles primeiros anos** se tornou muito comentada entre o povo israelita, de maneira que Deus

chega a citá-la como exemplo para o cristianismo.

Observe o leitor que, quando a determinação de contribuição financeira, da parte de Deus, é direcionada ao cristianismo, a palavra "**dízimo"** desaparece, e muda a expressão para: "**Ofertas em Justiça**" (Ml 3.3).

Quanto à ideia de praticar o dízimo por ter sido uma obra praticada antes da Lei, e inclusive por Abraão, é expressamente censurada pelas Escrituras Sagradas. Pois não se pode, de forma alguma, aplicar uma obra dessa natureza ao cristianismo, pelo fato de ter sido praticada por Abraão! Alguns crentes da igreja da Galácia persistiam na prática da circuncisão, certamente com a ideia de ter sido uma obra praticada antes da Lei, e inclusive por Abraão, porém, foram advertidos pelo apóstolo

Paulo, que lhes disse: "*se o crente se circuncidar, Cristo para nada aproveita e o tal está obrigado a guardar toda a lei*" (Gl 5.2-4); e acrescentou, dizendo que isso lhes separaria da Graça de Cristo (Gl 5.4).

3. O Dízimo no Novo Testamento

É impossível encontrar, na Bíblia Sagrada, uma base verdadeira para cobrança de dízimo dos cristãos, mas pelo contrário, a orientação da Palavra de Deus é para que nenhum cristão troque a sua liberdade espiritual pela maldição da servidão da Lei.

No Novo Testamento existem apenas quatro textos que mencionam o dízimo. Entre estes quatro, dois são paralelos, isto é, relatam a mesma situação: Mateus 23.23 e Lucas 11.42; os outros dois estão em Lucas 18.12 e Hebreus 7.2-9.

E o que fica bem evidente nestes textos, é que nenhum deles se refere à dízimo de cristão.

Observemos Mateus 23.23 e Lucas 11.42 respectivamente transcritos a seguir:

1º) "*Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, pois que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei: o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas*" (Mt 23.23).

2º) "*Mas ai de vós, fariseus, que dizimais a hortelã, e a arruda, e toda hortaliça, e desprezais o juízo e o amor de Deus. Importava fazer estas coisas e não deixar as outras*" (Lc 11.42).

Neste caso, podemos claramente entender que ao finalizar Seu comentário, Jesus diz que eles deveriam continuar dando o dízimo e, inclu-sive, não se omitirem de praticar os

demais mandamentos da Lei (o mais importante dela).

Porém, aí vem a seguinte pergunta: A quem Jesus estava dirigindo Suas Palavras e qual o teor Destas Palavras? Sem dúvida compreendemos que Jesus se dirigia aos escribas e fariseus, e não a cristãos (como muitos afirmam); tanto, que Jesus não os tratou pelos seus próprios nomes, mas pelo título da sua religião. Esses homens, vivendo o judaísmo regido pela Lei, confiavam na sua própria justiça e capacidade, no que tange à guarda da Lei. Apresentavam-se a Jesus nas condições de perfeitos, ostentando hipocritamente grande santidade e confiança nas suas próprias obras de justiça; enquanto isso não aceitavam a autoridade divina de Jesus.

Em Lucas 16.15, Jesus disse-lhes: "*Vós sois os que justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece os vossos corações, porque o que entre os homens é elevado, perante Deus é abominação*".

Observa-se que a tendência dos fariseus era permanecer debaixo da Lei, desconhecendo a Graça de Cristo. E mesmo não existindo no homem a capacidade para guardar a Lei, Deus não proíbe ninguém de entrar por esse caminho, quando a pessoa faz questão de estar debaixo da Lei; mas nesse caso, então, exige dela a perfeição na prática de toda a Lei (Tg 2.10): "*Porque qualquer que guardar toda a lei e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos*".

Foi exatamente essa cobrança que Jesus fez aos fariseus, se quisessem entrar pela Lei

(se achando em condições de guardá-la), o caminho estava aberto, porém, que não fossem hipócritas, ou seja, que não fossem somente dizimistas, mas que não desprezassem o mais importante da Lei:

"*O juízo, a misericórdia e a fé*" (Mt 23.23).

"*O juízo e o amor de Deus*" (Lc 11.42).

Conclusão: deveriam guardar toda a Lei sem tropeçar em um só ponto (Tg 2.10; Gl 5.2-3).

Se alguém argumenta que estas palavras não foram dirigidas a fariseus, mas sim a cristãos, pelo fato de Jesus ter incluído o juízo, a misericórdia e a fé, obras estas praticadas pelo cristianismo, vale lembrar que muitas obras do

cristianismo estão incluídas na dispensação da Lei, como por exemplo: **Não adulterarás, não matarás, não darás falso testemunho, amarás a Deus sobre todas as coisas, etc.** O que essas pessoas não entendem é que a Lei é ampla, contendo muitas obras do cristianismo e muito mais, como: c**ircuncisão, dízimos, guarda de dias meses e anos, sacrifícios de animais, abstinência de manjares, etc. etc.** Paulo dá as características da preciosidade da Lei, dizendo: "*E assim a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom*", (Rm 7.12). Porém havia nela ordenanças divinas que ao homem é impossível realizá-las. Tanto que Paulo disse: "*Porque bem sabemos que a lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado*" (Rm 7.14).

Podemos afirmar que a Lei é santa porque veio de Deus (Lv 18.5); tão boa que Jesus a consumou (Jo 17.4*)*; e tão justa que Cristo nos

salvou pela realização do seu cumprimento (Mt 5.17).

Vale salientar que aquele que quiser viver debaixo da Lei (se achando capaz de guardá-la) não pode desprezar o mais importante dela: **O juízo, a misericórdia e a fé.**

Veja que Paulo fala aos Gálatas, dizendo: "*E de novo protesto a todo homem, que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei*" (Gl 5.3).

Essa "**toda a Lei"** que Paulo fala que deve guardar **o homem que se deixa circuncidar**, obviamente inclui o principal dela: **o juízo, a misericórdia e a fé**; pois fazem parte da dispensação da Lei, mas nem por isso o cristão deve se circuncidar; pois está escrito:

"*Se o crente se circuncidar, Cristo de nada aproveitará*" (Gl 5.2).

Diante deste esclarecimento, alguém pode perguntar: mas não existe só um caminho? Não, é a resposta. Existe só um caminho se levarmos em conta a incapacidade humana. Mas, matematicam-ente, existem dois caminhos:

1º) O da salvação pela prática da Lei dada por Deus, por intermédio de Moisés (a Antiga Aliança, chamada Lei de Moisés).

2º) O da salvação pela Graça que há em Cristo Jesus (a Nova Aliança).

Por que então Jesus disse: "*Eu sou o caminho*"? Exatamente, levando em conta a incapacidade humana.

A justiça pela Lei dada por intermédio de Moisés, foi o primeiro caminho oferecido por Deus para a salvação do homem, conforme a Sua própria expressão em Levíticos 18.5: "*E dei-lhes os meus estatutos e os meus juízos pelos quais cumprindo-os o homem viverá por eles*", veja também Ez 20.11.

Paulo, escrevendo aos romanos, confirma esta condição de salvação ao declarar: "*Ora, Moisés descreve a salvação que é pela lei, dizendo: O homem que fizer estas coisas viverá por elas*" (Rm 10.5).

Este é o caminho da salvação pela prática da Lei (fora da Graça de Cristo), Gl 5.4.

Porém, todo cristão esclarecido tem pleno conhecimento de que no homem não existe justiça suficiente para guardar perfeitamente

todos os mandamentos da Lei, pois está escrito: "*Não há um justo, nem um sequer*" (Rm 3.10; Sl 53.2-3). Contudo, o caminho da salvação pela prática da Lei continua aberto, isto é, à disposição de alguém que queira confiar na sua própria capacidade, como faziam os fariseus.

Existem vários textos bíblicos confirmando que a Lei permanece como caminho para a salvação humana. Para um melhor esclarecimento, comecemos interpretando o capítulo 10, versículo 19 da Epístola aos Hebreus, quando o escritor declara: "*Tendo, pois, irmãos, ousadia para entrar no santuário, pelo novo e vivo caminho que ele nos consagrou, pelo véu, isto é, pela sua carne*".

No versículo acima, o escritor se refere a **Novo Caminho**; isto quer dizer que existe outro caminho (**o Velho Caminho)**; Velho,

obviamente, porque veio antes do Novo. No capítulo 8, versículo 13 do mesmo livro, o próprio escritor acrescenta: "*Dizendo nova aliança, envelheceu a primeira. Ora, o que foi tornado velho, e se envelhece, perto está de se acabar*".

Observemos, então, que a Lei não se havia acabado. Porém, a prática da Lei só se acabará quando não existir mais ninguém confiando na carne (na sua própria capacidade), querendo usá-la como meio de salvação.

O capítulo 4 do livro "**O Sábado, A Lei E A Graça**", escrito por Abraão de Almeida, publicado pela CPAD (Casas Publicadoras das Assembleias de Deus), diz o seguinte: ***"A Lei continua santa, boa e justa, mas, não estamos mais sujeitos a ela***".

Paulo, escrevendo a sua Primeira Epístola a Timóteo, expressa-se sobre o assunto, dizendo: "*Sabemos, porém, que a lei* ***é boa****, se alguém dela usa legitimamente*" (1 Tm 1.8).

Aqui, ele demonstra estar aberto o caminho da salvação pela prática da Lei. Igualmente observemos os versículos transcritos a seguir:

a) Rm 2.25: "*A circuncisão* ***é****, na verdade proveitosa, se tu* ***guardares*** *a lei*".

b) Gl 5.3: "*E de novo protesto a todo homem, que se deixa circuncidar, que* ***está*** *obrigado a guardar toda a lei*".

c) Rm 2.13: "*Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que* ***praticam*** *a lei, hão de ser justificados*".

d) Gl 3.12: "*Ora, a lei não é da fé, mas, o homem que* ***fizer*** *estas coisas, por elas viverá*".

Porque na verdade, não é a Lei que não tem capacidade para salvar o homem; é o homem que não tem capacidade para guardar a Lei. Porém, a Lei só tem capacidade para salvar o homem que for perfeito; mas Jesus tem capacidade para salvar o homem imperfeito. Tanto a Lei como Cristo, têm capacidade para salvar, porém, em condições bem distintas, ou seja, enquanto a Lei exige a perfeição, o poder de Cristo se aperfeiçoa na fraqueza (2º Co. 12.9).

Portanto, observamos acima que a Lei permanece à disposição da perfeição humana. Por isto Jesus não condenou os fariseus por quererem guardar a Lei, mas sim os advertiu para que, neste caso, então, guardassem toda a Lei.

Os pregadores de dízimos se apegam tanto aos versículos 8 à 10 do capítulo 3 do livro de Malaquis, que até pregam que o cristão que não paga o dízimo não entra no reino dos céus, nem pode estar em comunhão com o povo de Deus.

A respeito dessa heresia, inclusive, tenho documentos em mãos, os quais dizem ser o dízimo uma dívida financeira que o cristão tem para com Deus. Desta forma, os que assim pregam, inutilizam o Completo Sacrifício que Cristo realizou na **Cruz do Calvário** em resgate

da humanidade; pois o próprio Jesus, ao entregar o Espírito a Deus, declarou: ***Está consumado***
(Jo 19.30; Lc 23.46).

Querem ser resgatados da sua vã maneira de viver com a tradição que receberam de seus pais através de pagamentos de dízimos e demais obras mortas. Pedro, escrevendo a sua Primeira Epís-tola, adverte o povo dessa heresia, dizendo: "*Não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados da vossa vã maneira de viver que por tradição recebestes de vossos pais, mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado*" (1 Pe 1.18-19). Confira ainda: Ap 22.17; At 15.10-11; Ef 2.8-9; Mt 20.28; 1Tm 2.6; Rm 3.24.

Os cobradores de dízimos até parecem desconhecer a Graça de Cristo e o que significa: "*Misericórdia quero, e não sacrifícios*" (Mt 9.13).

Vimos, portanto, o espírito da mensagem que o texto em estudo expressa, porém muitos são os obreiros que o tomam como uma das bases para cobrança de percentual dos cristãos. Ainda alegam que Jesus está autorizando tal cobrança aos cristãos, apresentando a parte final destes versículos: "*Deveis, porém fazer estas coisas, e não omitir aquelas*" (Mt 23.23). "*Importava fazer estas coisas, e não deixar as outras*" (Lc 11.42). Como já foi esclarecido acima, ao terminar Seu comentário, Jesus diz que os escribas e fariseus não deveriam deixar de pagar o dízimo, pois fazia parte da Lei que eles persistiam em guardar.

Observe, ainda, o leitor, que o dízimo ali não é o objetivo principal, e sim está sendo usado como argumento para levar aqueles homens, que viviam apenas de aparência, ao conhecimento do seu erro.

Lucas 18.11-14

11 *"O fariseu, estando em pé, orava consigo desta maneira: Ó Deus, graças te dou, porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros; nem ainda como este publicano".*

12 *"Jejuo duas vezes na semana, e dou o dízimo de tudo quanto possuo*".

13 "*O publicano, porém, estando em pé, de longe, nem ainda queria levantar os olhos*

aos céus, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, tem misericórdia de mim pecador".

14 "*Digo-vos que este desceu justificado, e não aquele; porque qualquer que a si mesmo se exaltar será humilhado, e qualquer que a si mesmo se humilhar será exaltado*".

No texto supracitado, encontramos Jesus criticando, mais uma vez, os fariseus por confiarem em suas obras de justiça, e justificando um publicano por reconhecer seu estado de pecaminosidade, humilhando-se diante de Deus.

É dentro dessa mensagem que aparece pela segunda vez o dízimo no Evangelho de Lucas. O leitor pode observar que novamente Jesus faz referência ao dízimo de homens que estavam debaixo da Lei. Se o leitor for sincero,

haverá de concluir que, neste texto, Jesus não está impondo o dízimo aos cristãos.

Hebreus Capítulo 7

Apresento esta parte dividida em dois pontos para melhor clareza.

Ponto 1: Um resumo geral do que o escritor procura apresentar neste capítulo.

Ponto 2: Destaque para os versículos que são especificamente tomados por base para cobrança do dízimo.

1- Os cristãos hebreus, por terem vindo do judaísmo e seus preceitos, tinham tendências a sustentar rudimentos do Antigo Pacto (a Lei), tais como: circuncisão, sacerdócio levítico, etc. etc. (At 15.5-6). Sendo assim, o escritor procura

mostrar, neste capítulo 7, a absoluta superioridade de Jesus sobre o sacerdócio levítico, que era segundo a Lei, ou seja, agia de acordo com a Lei, versículo 5.

Procura mostrar também que a obrigatoriedade da Lei havia tido o seu tempo exclusivo e que já havia cessado, conforme versículo 28, que diz: "*Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens fracos, mas a palavra do juramento, que veio depois da lei, constitui ao Filho, perfeito para sempre*".

Em resumo, o que o autor procura transmitir neste capítulo é a superioridade de **Cristo**, algo que ele faz em sequência. Primeiro apresenta a superioridade de Melquisedeque sobre o sacer-dócio levítico, que aparece nos versículos 4 a 10; em seguida apresenta a superioridade de Cristo sobre o sacerdócio

levítico, versículos 11 a 28. Essa superioridade de Jesus sobre tudo e todos está resumida no primeiro versículo do capítulo 8: "*Ora, em suma (em resumo) do que temos dito, é que temos um sacerdote tal (tal aqui significa indescritível) que está assentado nos céus a destra do trono da Majestade*".

O fato de o escritor aos Hebreus ter usado o dízimo de Abraão a Melquisedeque como argu- mento para mostrar a superioridade de Cristo, não significa que está ordenando a cobrança de dízimo para os cristãos.

Os levitas cobravam dízimos segundo a Lei (de Moisés), é o que nos fala o versículo 5, que diz: "*E os que dentre os filhos de Levi recebem o sacerdócio têm ordem, **segundo a lei**, de tomar o dízimo do povo, isto é, de seus*

irmãos, ainda que tenham saído dos lombos de Abraão".

A expressão "***têm ordem segundo a lei"*** deixa claro que o dízimo era tomado segundo a Lei, e não segundo a Graça. Observe que o escritor faz questão de esclarecer que o dízimo não era praticado entre os cristãos, quando diz: "***do povo, isto é, de seus irmãos***". Não disse "dos nossos irmãos", mas, "dos seus irmãos" (dos irmãos espirituais dos sacerdotes levíticos que ainda andavam na Lei e não viviam na Graça de Cristo).

Onde aparece a Igreja primitiva pagando ou recebendo dízimos? Aparece, sim, recolhendo ofertas voluntárias para diversas necessidades e finalidades.

A lei no cristianismo é outra; observemos o versículo 12: "*Porque, mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também mudança da lei*".

O cristianismo está na lei da liberdade, Tg 1.25: "*Aquele, porém, que atenta bem para a lei perfeita da liberdade, e nisto persevera, não sendo ouvinte esquecido, mas fazedor da obra, este tal será bem-aventurado no seu feito*".

E também, Tg 2.12: "*Assim falai, e assim procedei, como devendo ser julgados pela lei da liberdade*". Não é mais a lei da aliança levítica, isto é, de mandamentos carnais (Hb 7.18-19).

Portanto, irmãos, convêm que consideremos a advertência de Paulo: "*Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo vos*

libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão" (Gl 5.1).

Hebreus 7.8

"*E aqui certamente tomam dízimos homens que morrem; ali, porém, aquele de quem se testifica que vive*".

Na primeira parte, ele está fazendo menção do sacerdócio levítico, que era composto de homens mortais, conforme versículo 5.

A palavra "**aqui**" se refere a essa menção. Seria o mesmo que o autor dizer: Aqui (neste caso, nesta situação que expomos a vocês, irmãos) quem cobra dízimos são homens que morrem.

Quais homens? Os levitas. Pois o sacerdócio levítico continuava quando foi escrita esta epístola, tanto que no capítulo 8, versículo 4, o escritor comentando sobre Jesus, diz: "*Ora, se **Ele** estivesse na terra, nem tampouco sacerdote seria, havendo ainda sacerdotes que oferecem dons segundo a lei*".

Então o **"Aqui"** não está fazendo referência aos pastores, presbíteros e outros obreiros do cristianismo como muitos supõem e ensinam, mas sim a sacerdotes levíticos, pois eram eles quem cobravam dízimos.

Já, na segunda parte, quanto à palavra "**ali**", ela não passa de uma referência a Melquisedeque ali no passado. Seria o mesmo que o autor dizer: "**Ali (naquele caso, naquela situação, no tempo de Melquisedeque)** aquele de quem se testifica que vive".

O "**Ali"** não está fazendo referência a Jesus, como alegam. O dízimo não é exclusividade da Lei, conforme versículo 5? Então, como pode Jesus estar lá no céu cobrando ou recebendo algo pertencente a CÉDULA que era contra nos nas suas ordenanças, a qual Ele já riscou, Tirou do nosso meio e cravou na cruz ? (Cl 2.14).

Por fazer parte da Lei de mandamentos carnais, o dízimo foi substituído pela Graça. Depois que a fé veio já não estamos debaixo da Lei, conforme está escrito: "*Separados estais de Cristo, vós, os que vos justificais pela lei: da graça tendes caído*" (Gl 5.4).

A SEMELHANÇA DE MELQUISEDEQUE

Muitos tentam, de toda maneira, torcer alguns textos bíblicos em favor de seus pontos de

vista, para fabricar argumento a fim de colocar preço financeiro à salvação cristã.

Alguns até aplicam o dízimo ao cristianismo, sob alegação de Jesus ter sido comparado à semelhança de Melquisedeque, quando este no seu ministério recebeu dízimo de Abraão, porém, esta não deixa de ser, também, uma alegação absolu-tamente equivocada e sem fundamento espiritual.

Pois neste caso, então, teríamos também que praticar as obras do ministério de Moisés! Porque se Jesus foi comparado à semelhança de Melqui-sedeque, também O foi, e muito mais, à semelhança de Moisés!

Quando Deus reuniu o povo israelita ao pé do Monte Sinai para lhe determinar as obras do ministério de Moisés, isto é, a Lei dos mandamentos, o povo temeu a voz do Senhor, porque havia grandes maravilhas naquele lugar.

Pois o Senhor descera em Fogo. Deus falava em alta voz, e havia trovões e relâmpagos. E o povo vendo isso, encheu-se de temor e pôs-se de longe. E disseram a Moisés: fale tu conosco, e ouviremos; e não fale Deus conosco, para que não morramos. Então o Senhor disse a Moisés: "*bem falaram naquilo que disseram.* ***Eis que lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu****, e porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar. E será que qualquer que não ouvir as minhas palavras, que ele falar em meu nome, eu o requererei dele*" (Dt.18.15-19; Ex. 20.18-19).

Irmãos, a síntese de tudo isto, é que Este Profeta que o próprio Deus compara à semelhança de Moisés, não é outro senão Jesus Cristo. Mas nem por isto temos que praticar as obras do ministério de Moisés (Jo 1.17).

Quando Pedro realizou a cura do coxo, na porta formosa do templo, e querendo apresentar Jesus Cristo e o Seu poder de salvação para o povo que estava maravilhado e atônito diante de tal realização, não se referiu à Melquisedeque, mas buscou à semelhança de Moisés, dizendo**: *"porque Moisés disse: o Senhor, vosso Deus, levantará dentre vossos irmãos um profeta semelhante a mim;*** *a ele ouvireis em tudo quanto vos disser"* (At 3.22).

Da mesma forma, Estêvão, no auge de sua revelação, tendo o seu rosto como o de um anjo, ao proferir palavras de salvação, e querendo apresentar Jesus e Sua grandiosidade para o povo, também usou à semelhança de Moisés, dizendo: "***porque Moisés disse aos filhos de Israel: o Senhor, vosso Deus, vos levantará dentre vossos irmãos um profeta como eu; a ele ouvireis"*** (At 7.37).

Observemos que Estêvão também não se referiu à Melquisedeque para demonstrar o poder e a superioridade de Jesus, mas sim, baseou-se na semelhança de Moisés. Então vemos que Moisés foi muito mais comparado à semelhança de Jesus do que Melquisedeque. No entanto não temos que praticar as obras do ministério de Moisés.

Porque uma coisa é certa: mesmo Moisés e Melquisedeque sendo comparados à semelhança de Jesus, mas não os foram na autenticidade.

Ninguém é igual a Jesus; Ele é Incomparável, Único Salvador, conforme está escrito: "*E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens pelo qual devamos ser salvos"* (At 4.12). Veja também 1Tm 2.5.

Nem em Moisés, nem em Melquisedeque, nem em outro qualquer, por mais privilegiado que seja na expressão bíblica, há poder de redenção.

Tanto, que ninguém pode ser batizado em Moisés, tampouco em Melquisedeque, mas somente em Jesus.

Tanto as obras do ministério de Moisés como as obras do ministério de Melquisedeque eram boas, o que faltou em ambos foi a capacidade de cumpri-las por nos.

Mas Jesus, como nosso Redentor, tomou as obras da época do ministério de Melquisedeque, que eram: sacrifícios de animais, circuncisão, dízimos etc., as quais já estavam enquadradas na Lei de Moisés, e as cumpriu por nós, para que fossemos salvos pela Sua Graça, isto é, para que revestidos de Cristo já estivéssemos no cumprimento de tais obras; bem compreendido, nos alimentando no que Cristo já cumpriu. Por isto que Jesus declara: "*Assim como o Pai que vive me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim quem de mim se*

alimenta, também vivera por mim" (Rm 4.5), e também: Jo 6.57; Jo 15.5.

O texto que narra a história do livro selado com sete selos, que estava na mão do Todo-Poderoso (no capitulo 5 do Apocalipse), mas uma vez nos deixa clara a inigualdade de Jesus, quando o livro precisava ser aberto e desatados os seus selos: um anjo forte, bramando com grande voz, desafiava dizendo: "*Quem é digno de abrir o livro e de desatar os seus selos? E ninguém no céu, nem na terra, nem debaixo da terra, podia abrir o livro nem de olhar para ele"* (Ap 5.2-3). Enquanto isso João chorava muito, porque a nossa salvação dependia de alguém que pudesse abrir o livro e desatar os seus sete selos. Porem, nessa hora, nem Moisés, nem Melquisedeque, nem algum outro foi digno disto. Porque diz que ninguém foi achado digno para tal. Mas um dos anciãos confortou à João, apresentando o Incomparável Jesus Cristo, o Inigualável Reis dos reis, o Único Salvador,

dizendo: "*Eis ai o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi**, que venceu** para abrir o livro e desatar os seus sete selos"*(Ap 5.5*).*

COMO JESUS VENCEU?

Jesus venceu realizando a obra de Redenção, ou seja, cumprindo **a Lei de Deus** dada para a salvação do povo, representada pelas duas tábuas de pedra que estão guardadas na Arca da Aliança, chamada de Testemunho, ou, dez mandamentos (**escritos pelo dedo de Deus**). Lembremos que, na Cruz do Calvário, percebendo Jesus que **toda a Lei** representada pelas **Tábuas da Aliança** havia sido totalmente cumprida, Disse: **Está Consumado**.

Por isto, a **Arca da Aliança** tem grande significado na nossa salvação. Muitos perguntam: "**Onde está a Arca da aliança que desapareceu misteriosamente**?" Podemos afirmar que ela está no céu, no Templo de Deus, até o julgamento final, conforme Apocalipse 11.19. Pois se a Lei

permanece (conforme aprendemos acima), a Arca da Aliança que representa toda a Lei, também permanece.

A ARCA DA ALIANÇA, mencionada em Apocalipse 11.19, é literalmente a Arca original, em cujo interior estão as duas tábuas de pedra escritas pelo dedo de Deus, representando a Sua Lei (os dez mandamentos) cujo cumprimento resgata a nossa divida para com a justiça divina (Lv 18.5). Deus levou a Arca da Aliança para o Santuário Celestial, porque naquele dia, segundo Apocalipse 5.1-10, a salvação só foi consolidada mediante a presença do Vencedor (do cumpridor de toda a Lei), permitindo que Ele abrisse o livro que estava na destra de Deus, desatando os seus sete selos. É quando aparece João chorando, porque ninguém no céu, nem na terra, nem debaixo da terra, foi achado digno para tal. Porém, João foi confortado por um dos anciãos que lhe apresentou Jesus, dizendo: eis aqui o Leão da tribo de Judá,

que venceu (que cumpriu toda a Lei Mt 5.17-18), para abrir o livro e desatar os seus sete selos (Ap 5. 1-5).

Então, temos certeza que a Arca da Aliança vista no céu, é a original, na qual estão as duas tábuas de pedra escritas pelo próprio dedo de Deus. A Bíblia não mente; e nela está claramente revelado que, mediante o toque da ultima trombeta, a Arca será vista no céu, no Templo de Deus, com grandes sinais: ***"E abriu-se no céu o templo de Deus, e a Arca da sua Aliança foi vista no seu templo; e ouve relâmpagos, e vozes, e trovões, e terremotos e grande saraiva"*** (Ap 11.19). Estes grandes sinais também aconteceram no Monte Sinai quando Deus promulgou a Lei contida no interior da Arca (Ex 20.1-18; 19.18). Isto prova que a Arca da Aliança, muito procurada na terra, está no céu, no Templo de Deus.

Se aquela não fosse a Arca da Aliança determinada por Deus a Moisés, mas sim uma outra natural do templo de Deus (como alguns dizem), não precisaria a explicação de que a Arca teria sido vista **"no seu templo"**! Bastaria dizer: "*E abriu-se no céu o templo de Deus, e a Arca da Aliança foi vista"*. Mas, acrescentou: ***"no seu templo"***, dando a entender que Ela não era naturalmente do céu.

Podemos afirmar que, na história sagrada, só existe uma Arca da Aliança, a qual contém as duas tábuas de pedra representando os dez mandamentos. Alguns até dizem que Deus teria, lá no céu, uma cópia dos dez mandamentos (do Testemunho), mas Deus jamais usaria uma cópia, mas sim a original escrita pelo Seu próprio dedo (Ex 31.18; 32.15-16).

Antes do Pacto do Monte Sinai não existia Arca da Aliança, nem na terra, e nem no céu. Ela

foi criada única e exclusivamente para o processo de salvação do povo que estava destituído da glória de Deus. Pois os seres celestiais não precisam de Arca da Aliança. Tanto, que quando tudo se cumprir, isto é, quando estivermos na glória eterna, não precisará mais dela, conforme está escrito em Jeremias 3.16: "*E sucederá, que, quando vos multiplicardes e frutificardes na terra, naqueles dias, diz o Senhor, nunca mais se dirá: A Arca da Aliança do Senhor, nem lhes virá ao coração; nem dela se lembrarão, nem a visitarão, nem se fará outra***".**

Porém, hoje, a Arca da Aliança está no Céu, no Templo de Deus, aguardando a chegada do povo salvo, para que Cristo (pela Sua Graça) apresente por nós, todo o cumprimento da Lei representada pelas tábuas que estão no interior da Arca**,** consolidando assim o Resgate daqueles que Lhe aceitaram como Salvador.

Igualmente, após Jesus ter realizado o único e suficiente Sacrifício pela redenção do povo, como Sumo Sacerdote, Ele tinha que ir até a Arca da Aliança, onde Deus se fazia presente, para entregar o Sacrifício com todo o cumprimento da Lei contida no interior da Arca, para que se realizasse nEle toda a justiça do cumprimento da Lei, sem que dela fosse omitido um jota ou um til, conforme Ele mesmo falou em Mateus, 5.17-18. Porém, segundo Hebreus 9.24, **Jesus não entrou no santuário terrestre, mas no mesmo céu, para comparecer por nós perante a face de Deus**. Isto significa que a Arca da Aliança já estava no Santuário Celestial.

A Arca da Aliança é única. Deus não mostrou à Moisés uma outra Arca como modelo, como alguns dizem. Até porque, o modelo da Arca não foi mostrado a Moisés por visão, mas por determinação de palavras. Veja em Êxodo 25.10 a

22, como Deus falou a Moisés para mostrar o modelo da Arca, traçando todo o seu perfil por meio de palavras.

Muitos não compreendem o tamanho do significado espiritual da Arca da aliança; pensam que Ela era um simples utensílio do tabernáculo, mas, Ela é muito mais do que isto, Ela é a Aliança do Deus Altíssimo. Razão pela qual é chamada de: **ARCA DA ALIANÇA DO SENHOR**. Veja algumas referencias: Nm 10.33; Dt 31.26; Js 4.7; Jz 20.27; 1Sm 4.5; 1Rs 8.6; 1Cr 22.19; Ex 32.15-16.

Por isto, em Apocalipse 11.19, onde se refere a Ela, diz: e a **ARCA DA SUA ALIANÇA** foi vista **NO SEU TEMPLO**.

Contudo, a nossa salvação é pela Graça de Cristo, porque a Lei que precisava ser cumprida para o nosso resgate, representada pelas duas tábuas de pedra que estão dentro da Arca, Jesus já

cumpriu por nós, dando-nos o seu perfeito cumprimento pela Sua Graça. (E o dízimo está incluso).

Há duas maneiras para se cumprir a Lei: **Primeira**: pela sua prática total, sem tropeçar em um só ponto (Gl 3.12; 5.3-4; Rm 10.5; Mt 23.23; 1 Tm 1.8).

Segunda: pela fé em Cristo, ou seja, se alimentando nEle, sem a prática da Lei: "***Àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça***" (Rm 4.5). Veja também: Jo 15.5; 6.57; Ef 2.8. Observamos então, que a melhor maneira para que a justiça da Lei se cumpra em nós, é o revestimento de Cristo pelo batismo da fé, conforme está escrito: batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo (Gl 3.27-28). Porém alguns, hoje, estão se batizando também em Moisés, outros em Melquisedeque; mas a Igreja verdadeira se batiza somente em

Cristo Jesus (que já cumpriu a Lei do dízimo por nós) e que é o nosso único e suficiente Salvador. A Ele, glória para todo o sempre. Amém!

A prática do dízimo no cristianismo é anti-bíblica. Tenho registros em mãos, os quais dizem que a Igreja só começou a cobrar dízimo por volta do ano 600 d.C. Sabemos que nessa época parte de sua administração já havia se corrompida, devido a alguns maus obreiros que à ministravam. Paulo, prevendo coisas deste tipo, instruiu os anciãos da igreja de Éfeso, dizendo: "*Porque eu sei isto: que depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis que não perdoarão o rebanho*" (At 20.29). No versículo 33 ele justifica-se: "*De ninguém cobicei a prata, nem o ouro*". Sabia ele que, quando os lobos entrassem na administração da Igreja, iam cobiçar prata e ouro. Nessa cobiça forçam até os pobres

necessitados a praticarem a lei do dízimo (Mt 23.4).

Mas Paulo adverte, no capítulo 6 da sua Primeira Epístola a Timóteo, que não entre por esse caminho, praticando esse tipo de obra. No versículo 10 ele diz: "*Porque o amor ao dinheiro é a raiz de toda espécie de males*". E no versículo 11: "*Mas tu, ó homem de Deus, foge destas coisas, e segue a justiça, a piedade, a fé, a caridade, a paciência, a mansidão*".

O cristão deve contribuir, sim, porém, de maneira espontânea, não pela lei de mandamentos carnais, mas pela lei da liberdade, segundo o sentimento do coração, conforme a expressão do apóstolo Tiago: "*Aquele, porém, que atenta bem para a lei perfeita da liberdade, e nisto persevera, não sendo ouvinte esquecido, mas fazedor da obra, este tal será bem-*

aventurado nos seus feitos" (Tg 1.25). Confira também, Tg 2.12.

A lei da liberdade dispensa a ordenança de percentual, mas interessa-se no propósito do nosso coração; o apóstolo Paulo nos conscientiza desta realidade, dizendo: "*Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza ou por necessidade, porque Deus ama ao que dá com alegria*" (2Coríntios 9.7).

Ao crente que tem consciência de sua responsabilidade diante de Deus, não é preciso que lhe determine a quantia ou o percentual que deva contribuir, pois contribui com o máximo que pode. A viúva pobre, quando deu o que tinha (o máximo que podia Lc 21.1-4), não o fez com base em dízimo, mas em contribuição espontânea.

A denominação evangélica que ordena o percentual de contribuição, demonstra dúvida quanto à espiritualidade dos seus membros, visto que 1 Timóteo 1.9-10 declara que **a lei não é feita para os cristãos, mas para os ímpios, para os profanos, para os que são contra a sã doutrina.**

Portanto, cristãos, não podemos nos deixar influenciar pelo espírito legalista, ou seja, não devemos de forma alguma associar a contribuição cristã a cumprimento de percentual.

Os defensores do dízimo alegam o seguinte: “O dízimo é um percentual de referência mínima para estabelecer o piso de contribuição cristã”. Mas, na realidade, tal alegação não confere com a verdadeira doutrina cristã. Pois segundo o ensinamento do

Evangelho de Cristo, o Espírito da Graça não estabelece piso nem teto de contribuição. O percentual preestabelecido como contribuição mínima (como alegam) é pura lei de mandamento carnal.

Devemos entender que o obreiro tem o direito e o dever de apresentar as necessidades financeiras da obra e incentivar os cristãos a contribuírem, mas não tem o direito de determinar o valor ou o percentual com que cada cristão deva contribuir, pois dessa maneira, a contribuição cristã já não seria pelo propósito do coração de **"cada um" (como manda a Bíblia, 2 Co.9.7**), mas pelo propósito do coração do obreiro. Isso significa que cujo obreiro não está confiando na espiritualidade da igreja e, pela carne, quer realizar a obra que só o Espírito Santo pode realizar. Mas, tal condição não deve ser aceita:

"Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo vos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão" (Gl 5.1).

"*Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei*" (Gl 5.18).

4. Com Qual Percentual Devemos Contribuir

O verdadeiro cristão, por ser cheio do Espírito Santo é, obviamente, dotado do Seu fruto que é: amor, bondade, benignidade, justiça, generosidade etc., o qual, sem dúvida, lhe proporciona condições para determinar o valor com que deva contribuir, dispensando assim o percentual padronizado pela Lei.

Quando deparamos com a orientação do apóstolo Paulo, dizendo: "*Cada um contribua segundo propôs no seu coração*" (2Co 9.7), sem dúvida compreendemos que está individualizando o valor ou o percentual de contribuição, ou seja, deixando o percentual a critério do propósito e das possibilidades de cada um.

A intensidade do amor pela obra de Deus e as possibilidades financeiras determinam o per-centual que cada cristão deva contribuir.

Na matemática divina, com certeza o valor espiritual da contribuição é levado em conta, também, pelas possibilidades financeiras de cada um e não somente pelo percentual que contribui.

Às vezes, neste caso, um percentual de contribuição menor de um contribuinte pode se tornar mais valioso diante de Deus do que um percentual maior de outro.

Por exemplo: 5% de um que ganhou pouco, pode significar muito mais do que 15% de outro que ganhou muito.

Neste caso podemos comparar com a parábola de dois chefes de família: um ganhou U$ 5.000,00; deu 15% (U$750,00), sobraram então U$4.250,00. Os 15% que contribuiu não lhe privaram de boa alimentação, do uso de um bom carro etc. etc. Enquanto o outro ganhou um salário de U$100,00. Ao pagar suas despesas necessárias como: água, luz, armazém etc., cujas despesas somaram U$95,00; isto porque gastou somente o suficiente para que sua família não desfalecesse de fome. Não podemos dizer que sobrou, porque lhe faltavam muitas outras coisas, porém, ficaram U$5,00 (equivalente a 5% do que ganhou). Havia um plano familiar para comprar com aquele salário, um lápis novo para o filho que estudava, um calçado por mais simples que fosse para a esposa, e uma camisa de trabalho para aquele chefe. Eram para eles produtos de primeira necessidade; entretanto, ao orarem para agradecer a Deus pelo salário, lembraram-se

que a Sua obra carecia muito da contribuição deles; então, sentindo arder em seus corações um profundo amor pela obra de Deus, decidiram concordemente abrir mão de comprar o que precisavam, e então, cheios de amor, ofertaram à obra de Deus aqueles 5%, com alegria e propósito de coração.

Diante desta parábola, vem a seguinte pergunta: qual desses dois chefes de família contribuiu mais diante de Deus?

Certamente, se o leitor for espiritual, responderá que foi o que deu 5%, pois era tudo o que tinha para suprir as demais necessidades da família.

O texto que narra a história da viúva pobre (Mc 12.41-44) declara que aquela pequena quantia que dera, era tudo que tinha

para o seu sustento. Porém o próprio Jesus testemunhou o grande valor da sua oferta, dizendo: "*em verdade vos digo que, esta pobre viúva, deitou mais do que todos os que deitaram na arca do tesouro; porque todos ali deitaram do que lhes sobejava, mas esta, da sua pobreza, deitou tudo o que tinha, todo o seu sustento*".

Aquelas pequenas moedas que a viúva deitou na arca do tesouro, talvez não traduzissem 10% do que ganhara, pois eram muito pequenas, mas, quem sabe, ao saldar seus compromissos, foi o que ficou para o seu sustento. Alias, falando em saldar compromissos, acho oportuno mencionar que têm até obreiros, por aí, ensinando os fiéis a deixar a sua dívida pendente no comércio para poder pagar o dízimo, com pretexto de que pela fé pagará a sua dívida. Mas, tal ensinamento não procede do Espírito Santo, porque o

verdadeiro cristão, por mais pobre que seja procura ser pontual com seus compromissos. Pois a esse respeito está escrito: "*A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vós ameis uns aos outros"* (Rm 13.8). E ainda: "*Convém também que tenha bom testemunho dos que estão de fora, para que não caia em afronta e em laço do diabo*" (1Tm 3.7).

A fidelidade em honrar todos os nossos compromissos faz parte da justiça dos salvos. No sermão da montanha, Jesus declarou: "*Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos*" (Mt 5.6).

Paulo repreende os obreiros que não andam de acordo com estes ensinamentos de Cristo, dizendo: "*Se alguém ensina alguma outra doutrina, e não se conforma com as palavras de nosso Senhor Jesus Cristo, e com a*

doutrina que é segundo a piedade, é soberbo, e nada sabe, mas delira acerca de questões e contendas de palavras, das quais nascem invejas, porfias, blasfêmias, ruins suspeitas, contendas de homens corruptos de entendimentos e privados da verdade, cuidando que a piedade seja ***causa de ganho,*** *aparta-te dos tais. Mas é grande ganho a piedade com contentamento."* (1Tm 6.3-6), e no versículo 10 do mesmo capítulo, ele diz: *"Porque o amor ao dinheiro é a raiz de toda espécie de males, e nessa cobiça alguns se desviaram da fé, e se traspassaram a si mesmos com muitas dores".*

Portando, instruir o povo cristão a ficar devendo no comércio para poder pagar o dízimo, significa: amor ao dinheiro e provocação à raiz do mal. Isto não é nada mais nada menos do que cobiça, desonestidade, e

corrupção de fé. Deus abomina esse tipo de doutrina.

Será que, se tais doutrinadores fossem proprietários dos comércios nos quais os seus discípulos fossem devedores, continuariam com seus equivocados ensinamentos? Deixemos esta pergunta no ar.

A fé não serve de fundamento para lançar mão do dinheiro que devemos no comércio para poder pagar o dízimo. Se realmente temos fé, devemos usá-la para não contrairmos nenhuma dívida acima das nossas possibilidades.

Se a fé nos capacitasse para a prática de mandamentos carnais, a salvação não seria pela graça, mas sim pelas obras da lei. Mas como disse Paulo: "*Não aniquilo a graça de Deus;*

porque se a justiça provém da lei, segue-se que Cristo morreu debalde" (Gl 2.21).

Se confiarmos na nossa capacidade no que tange a guarda de qualquer ponto da Lei, estamos pisando o Filho de Deus, profanando o sangue da Nova Aliança, e fazendo agravo ao Espírito da Graça. Veja o que o escritor da Epístola aos Hebreus diz sobre o julgamento de quem comete tal erro: "*Quebrantando alguém a lei de Moisés, morre sem misericórdia só pela palavra de duas ou três testemunhas, de quanto maior castigo cuidais vós será julgado merecedor aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue da aliança com que foi santificado, e fizer agravo ao Espírito da graça?*" (Hb 10.28-29).

A espontaneidade para contribuir, e a liberdade para que o percentual seja

determinado pelas possibilidades e propósito de coração, são características proporcionadas pelo Espírito da Graça. Ao contrario, estaríamos aniquilando a Graça de Deus. Por esta razão lemos em Gálatas 2.21: "*Não aniquilo a graça de Deus; porque, se a justiça provém da lei, segue-se que Cristo morreu debalde"*.

A fé para salvação pela Graça de Cristo, tem como primeiro requisito o reconhecimento da nossa incapacidade; e como segundo, a confiança que Cristo já cumpriu toda a Lei por nós (Mt 5.17).

Existem muitos se gloriando, batendo no peito e dizendo: "**Pela fé sou dizimista**". Isso expressa confiança na carne, não aceitando a incapacidade humana; e isso é abominação diante de Deus. Devemos tomar o exemplo de Paulo, que diz: "*Longe esteja de mim, gloriar-*

me, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo" (Gl 6.14).

Deus não nos deu capacidade para que pela fé guardássemos leis de mandamentos carnais; mas Deus nos deu capacidade para que pela fé cumpríssemos a lei da liberdade que há em Cristo Jesus, a qual podemos chamar de "**Lei de Cristo**": "*Não estamos sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo*" (1 Co 9.21).

A lei de Cristo é a lei da liberdade. Em termos de contribuição financeira, existe lei para contribuir, mas não existe lei preestabelecida para o percentual. O percentual varia de acordo com as possibilidades de cada um, segundo a orientação de Paulo aos coríntios, quando diz: "*Conforme a sua prosperidade*" (1Co 16.2), ao contrário, não

seria lei da liberdade. É o que aprendemos acima, na comparação das contribuições dos dois chefes de família. De outra maneira, Jesus não precisaria nos ter oferecido um "**Jugo suave e um fardo leve**" (Mt 11.30).

Isto nos ensina que bater no peito, dizendo que guarda a lei do dízimo, é fazer agravo ao Espírito da Graça. Muitos, além de se gloriarem na prática da lei do dízimo, ainda acusam aqueles que contribuem pela lei da liberdade, chamando-os de ladrões e injustos; termos estes, usados na lei mosaica (Dt 27.26; Ml 3.9).

Na parábola do "**fariseu e do publicano**", entende-se que o fariseu confiava na prática dessa lei para gloriar-se e acusar os outros de não serem dizimistas, chamando-os de roubadores quando dizia: "*Ó Deus, graças te*

dou, porque não sou como os demais homens, ***roubadores****, injustos e adúlteros; nem ainda como este publicano. Jejuo duas vezes na semana, e* ***dou os dízimos de tudo quanto possuo***" (Lc 18.11-12).

Contudo o fariseu tinha mais moral de acusar os outros de não dar o dízimo, do que qualquer cristão. Porque o fariseu era regido pela lei mosaica, apesar de não ter condição de guardá-la, conforme está escrito: "*Não existe um justo, nem um sequer*" (Rm 3.10), porém o cristão não tem o direito de cobrança dessa lei, quando está livre da mesma. Pois não deve praticá-la, nem exigir que cristão algum à pratique. A salvação do cristão não vem pela prática da lei, mas pela justiça da fé, em Cristo Jesus, conforme está escrito: "*Mas, aquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o*

ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça" (Rm 4.5).

A Lei dada por intermédio de Moisés, chamada Lei de mandamentos carnais, não aceita a impossibilidade humana, mas exige a sua prática na íntegra. Esta confirmação encontra-se em Tiago 2.10: "*Aquele que guardar toda a lei, e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos*".

Isso quer dizer que a Lei não justifica, mas cobra. É quando a Bíblia diz: "*Porque a força do pecado é a lei*" (1Co 15.56); e a fragilidade humana não resistindo a cobrança da Lei, acaba ficando debaixo da maldição (Ml 3.9). Pois, é exatamente a incapacidade humana que torna essa Lei em: **"Ministério da Morte"** e **"Ministério da Condenação"** (2Co 3.7-9). Mas, a salvação alcançada pela Graça que há

em Cristo Jesus, vem ao encontro da incapacidade humana, não cobrando, mas sim justificando pela fé, conforme está escrito: "*Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus*" (Rm 3.24). Então entendemos que esta gratuidade pela Sua misericórdia nos dispensa do percentual que vem pela lei, deixando livre a contribuição do cristão, para que a faça dentro das possibilidades e com propósito de coração (2Co 9.7; 1Co 16.2).

Portanto, Concluímos que a doutrina da salvação pela Graça que há em Cristo Jesus, ensina a contribuir livremente e por propósito de coração; enquanto a doutrina que vem pela ordenança da Lei, ensina a cumprir percentual.

5. Qual Foi a Intimidade de Paulo Com os Dízimos?

Se o dízimo fosse mandamento cristão, muitas das vezes que os escritores do Novo Testamento abordassem o tema contribuição, não dispensariam o capítulo 3 e o versículo 10 de Malaquias, pois é a passagem bíblica predileta de todos os defensores do dízimo. Porém em todo o Novo Testamento esta passagem não aparece uma única vez! Ou estes santos e consagrados escritores não conheciam o livro de Malaquias? Será?

Os defensores do dízimo, em cada livro que escrevem sobre contribuição financeira, incluem dezenas de vezes a palavra "**dízimo**" como regra de contribuição para o povo cristão. Porém, o apóstolo Paulo, em 13 livros que

escreveu, os quais integram o Novo Testamento, abordou com ênfase o tema contribuição, incentivando os cristãos a realizá-la como uma obra espiritual e de muita importância para o cristianismo, contudo, nem sequer citou a palavra "**dízimo**".

O que podemos presumir disto?

- Que Paulo não entendia corretamente de contribuição?

- Que Paulo era avarento?

- Ou que Paulo esqueceu-se do dízimo?

Nada disto! A verdade é que Paulo tinha, pelo Espírito Santo, o verdadeiro conhecimento do Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, e

por isto, não aplicava os preceitos da Lei, mas ao contrário, orientava os cristãos a rejeitarem as ordenanças do sacerdócio levítico, mas a contri- buírem por determinação espiritual. Ao escrever aos gálatas, ele adverte: "*Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei"* (Gl 5.18).

Na sua Segunda Epístola aos Coríntios, ele é bem claro ao orientar a maneira correta de contribuição no regime da Graça, dizendo: "*Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria*." (2 Co 9.7).

Onde encontramos que Paulo, ou algum outro escritor do "**Novo Testamento**" referiu-se a "**Malaquias 3.10**" como base para contribuição do povo cristão? Encontramos sim,

referências com palavras de rejeição à prática da Lei, como disse Paulo no capítulo 4, versículos 21 ao 31 de sua Epístola aos Gálatas, ao repreender alguns legalistas daquela igreja:

21: Dizei-me, os que quereis estar debaixo da lei, não ouvis vós a lei?.

22: Porque está escrito que Abraão teve dois filhos, um da escrava, e outro da livre.

23: Todavia, o que era da escrava nasceu segundo a carne, mas, o que era da livre, por promessa.

24: O que se entende por alegoria; porque estas são as duas alianças; uma, do Monte Sinai, gerando filhos para a servidão, que é Agar.

25: Ora, esta Agar é Sinai, um monte da Arábia, que corresponde a Jerusalém que agora existe, pois é escrava com seus filhos.

26: Mas a Jerusalém que é de cima é livre; a qual é mãe de todos nós.

27: Porque está escrito: Alegra-te, estéril, que não dás à luz; esforça-te e clama, tu que não estás de parto; porque os filhos da solitária são mais do que os da que tem marido.

28: Mas nós, irmãos, somos filhos da promessa como Isaque.

29: Mas, como então aquele que era gerado segundo a carne perseguia o que era segundo o Espírito, assim é também agora.

30: Mas que diz a Escritura? Lança fora a escrava e seus filhos, porque de modo algum o filho da escrava herdará com o filho da livre.

31: De maneira que, irmãos, somos filhos, não da escrava, mas da livre.

Com o texto bíblico supracitado, podemos claramente entender que, em termos de contribuição financeira, se estivermos sujeitos a um percentual preestabelecido pela letra ou por determinação de obreiros, não deixando em liberdade o propósito do nosso coração, somos filhos, não da LIVRE, mas da ESCRAVA.

Mas se dermos a devida liberdade para que a fé e o amor, que fluem do nosso coração, deter-minem esse percentual, ou seja, o valor com que devemos contribuir, Deus se agradará muito mais da nossa contribuição, e aí sim, podemos real-mente dizer que somos filhos, não da ESCRAVA, mas da LIVRE.

Se somos filhos da Livre, temos liberdade para contribuir com qualquer percentual, contanto que em nós haja amor pela obra de

Deus e que a contribuição corresponda a esse amor.

A qual aliança você, leitor, quer pertencer em termos de contribuição financeira? A da Escrava, contribuindo pela lei do dízimo (Malaquias 3.10), ou a da Livre, contribuindo pela lei da liberdade (2 Coríntios 9.7)?

Veja que no verso 31 (citado acima), Paulo declara: "*De maneira que, irmãos, somos filhos, não da Escrava, mas da Livre*".

No capítulo 5, versículo 4, do mesmo livro, ele dá o perfil espiritual daqueles que queriam agir como filhos da Escrava, dizendo: "*Separados estais de Cristo, vós os que vos justificais pela lei, da graça tendes caído*" (Gl 5.4).

Mas para os filhos da Livre, diz: "*Estais pois firmes na liberdade com que Cristo vos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão*" (Gl 5.1).

Veja também a orientação de Tiago no capítulo 1 versículo 25 de sua Epístola: "*Aquele, porém, que atenta bem para a lei perfeita da liberdade e nisto persevera, não sendo ouvinte esquecido, mas fazedor da obra, este tal será bem-aventurado nos seus feitos*".

E ainda, no capítulo 2 versículo 12 da mesma Epístola: "*Assim andai e assim procedei, como devendo ser julgados pela lei da liberdade*".

Portanto, irmãos, concluímos que nós, os filhos da Livre (da Jerusalém de Cima), estamos

livres do jugo da Lei do dízimo, porém firmes na liberdade com que Cristo nos libertou.

Por esta forte razão, em todas as vezes que Paulo falou sobre contribuição financeira, não mencionou a palavra "**DÍZIMO**" nem se referiu à "**Malaquias 3.10**" como base para contribuição dos cristãos.

Aliás, em nenhum texto bíblico que se refere à contribuição dos cristãos se encontra a palavra **DÍZIMO**. Quando o assunto na Bíblia Sagrada refere-se à contribuição cristã, a palavra **DÍZIMO** desaparece.

6. O Esclarecimento da Liberdade Cristã.

A liberdade cristã é uma graça concedida por Deus Pai, pregada por Seu Filho Jesus Cristo nas entrelinhas das Suas ricas e poderosas mensagens de salvação, e esclarecida abertamente pelo Espírito Santo, após o Seu derramamento sobre toda a carne.

A liberdade cristã foi totalmente esclarecida pelo Espírito Santo, depois da ressurreição de Jesus. Até então, os discípulos continuavam na prática da Lei.

Jesus não pregou abertamente a liberdade cristã aos discípulos, porque na época eles não tinham condição de entendê-la, por dois motivos: **Primeiro**, porque o Espírito Santo ainda não tinha sido derramado sobre eles (Jo

7.39), e as coisas de Deus só se entendem espiritualmente: "*Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhes parece loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente*" (1 Co 2.14). **Segundo**, porque o próprio Jesus era guardador da Lei, como: circuncisão, dízimos, guarda de dias meses e anos etc. Pois a missão de Jesus era a prática da Lei, cumprindo-a em nosso lugar. Por isto, Ele afirma: "*Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir*" (Mt 5.17).

Gálatas 4.4, diz que Jesus foi nascido sob a Lei.

Em Lucas, 2.21-24, foi apresentado ao oitavo dia, circuncidado, dada a oferta (um par de rolas), segundo o que está escrito na Lei de Moisés.

Romanos 15.8, diz que Ele foi ministro da circuncisão, por causa da verdade de Deus, para que confirmasse as promessas feitas aos pais.

Por este claro motivo, momentaneamente, os discípulos não tinham condição de entender a liberdade cristã. Até então, continuavam na prática da Lei mosaica. Por essa razão é que no sábado do sepultamento de Jesus, as mulheres não levaram as especiarias para a unção do Seu corpo, conforme está escrito: "*E, voltando elas, prepa-raram especiarias e unguentos; e no sábado repousaram, conforme o mandamento*" (Lc 23.56).

A missão do ensinamento da liberdade cristã, Jesus deixou para o Espírito Santo, assim que fosse derramado; motivo este que levou Jesus a declarar: "*Tenho muito que vos dizer, mas vós não podeis suportar agora, mas,*

quando vier o Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade" (Jo 16.12-13).

Em verdade, este fato concretizou-se após a ressurreição de Jesus, quando os discípulos, ao receberem o Espírito Santo, começaram a ser esclarecidos de toda a verdade do Evangelho e, automaticamente, da liberdade cristã.

Um dos registros desta história encontramos claramente no capítulo 15, versículos 1 ao 32 de Atos dos Apóstolos; pois famosa foi a questão da Igreja naquela época de admitir ou não os gentios à fé cristã; porque os gentios não eram praticantes da Lei (provavelmente não eram dizimistas), e em os admitindo, se deveriam ou não ser submetidos à prática da Lei mosaica. Então, convocaram uma grande assembleia para debaterem este assunto. A libertação dos cristãos em relação ao jugo da servidão da Lei (inclusive da prática do dízimo)

foi, inicialmente, o polêmico tema da assembleia. Porém logo foram esclarecidos, pelo Espírito Santo, que deveriam, sim, recebê-los através do batismo com base na sua fé, sem submetê-los à prática da Lei.

Finalmente foram ensinados, pelo Espírito Santo, que seria uma tentação a Deus colocarem esse jugo sobre a cerviz dos discípulos (At 15.10). Foi quando decidiram enviar uma carta às congregações dos gentios convertidos a Cristo, dizendo: (Atos 15.24-29)

24 Portanto ouvimos que alguns que saíram dentre nós vos perturbaram com palavras, e transtornaram as vossas almas, dizendo que deveis circuncidar-vos e guardar a lei, não lhes tendo nós dado mandamento,

25 Pareceu-nos bem, reunidos concordemente, eleger alguns homens e enviá-los com os nossos amados Barnabé e Paulo,

26 Homens que já expuseram as suas vidas pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo.

27 Enviamos, portanto, Judas e Silas, os quais por palavra vos anunciarão também as mesmas coisas.

28 Na verdade pareceu bem ao Espírito Santo e a nós, não vos impor mais encargo algum, senão estas coisas necessárias:

29 Que vos abstenhais das coisas sacrificadas aos ídolos, e do sangue, e da carne sufocada, e da prostituição, das quais coisas bem fazeis se vos guardardes. Bem vos vá.

Confirmaram-se assim as Palavras de Jesus, em João 16.12-13 (citadas acima), que disse: "*Tenho muito que vos dizer, mas, vós não podeis suportar agora, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade*".

Isto nos ajuda a esclarecer, na questão do estudo, que o Espírito Santo reprova a doutrina do dízimo no cristianismo.

O cristão não deve aceitar, de obreiro algum, a imposição da guarda de nenhuma lei, quando a mesma não proceder da vontade de Deus. O apóstolo Paulo, comentando sobre a liberdade cristã, adverte os coríntios, dizendo: "*Fostes comprados por bom preço, não vos façais servos dos homens*" (1 Co 7.23).

E aos colossenses, Paulo diz: "*Tende cuidado, para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a tradição dos homens, segundo o rudimento do mundo, e não segundo Cristo*" (Cl 2.8).

Existem obreiros nos nossos dias, agindo de forma gananciosa, querendo dominar o rebanho de Deus com o desejo enganoso do seu coração, como se tivessem domínio próprio

sobre a Igreja de Deus. Essa atitude tem causado prejuízos à obra de Deus, e sem dúvida, é reprovada pelo Espírito Santo.

O apóstolo Pedro adverte aos obreiros da Igreja de Deus, com as seguintes palavras: "*Apascentai o rebanho de Deus, que está entre vós, tendo cuidado dele, não por força, mas voluntariamente; nem por torpe ganância, mas de ânimo pronto;* ***nem como tendo domínio sobre a herança de Deus,*** *mas servindo de exemplo ao rebanho*" (1 Pe 5.2-3).

Já aprendemos acima, com o exemplo da história da Igreja primitiva, registrado em Atos 15.10, que os discípulos foram ensinados pelo Espírito Santo, que, pôr sobre a cerviz dos cristãos, jugo desta natureza, é tentar a Deus. Tentar a Deus, nesse caso, quer dizer: exigir dos cristãos a prática de ordenanças que são contra a vontade de Deus, as quais não se

enquadram na verdadeira doutrina cristã, como é o caso da cobrança do dízimo.

Porque se o Espírito Santo nos ensina que o mandamento de contribuição financeira para o cristianismo vem pela lei da liberdade, sem dúvida, o percentual de 10%, ou outro percentual qualquer, preestabelecido pela letra ou por determinação de obreiros, não é nada mais nada menos do que puro mandamento carnal, para novamente submeter o povo de Deus ao jugo da servidão. Mas, a orientação bíblica é para que nenhum cristão troque a sua liberdade espiritual pela maldição da servidão da Lei: "*Estais, pois, firmes na liberdade com que Cristo vos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão*" (Gl 5.1).

Cristo nos libertou da maldição da Lei; contudo os homens querem novamente submeter a Igreja de Deus ao jugo dessa

servidão. Não conhecendo a justiça de Deus, querem estabelecer a sua própria justiça (Rm 10.3).

Muitos pregam que a salvação é pela GRAÇA, mas não fazem disto uma prática real nas suas vidas e nem nas suas constantes pregações, pois se contradizem ao dizer que aquele que não cumpre o percentual de 10% (o dízimo) é amaldiçoado e está roubando a Deus. Com essa atitude legalista, demonstram ser insensíveis à integridade da própria GRAÇA que pregam. Com os lábios pregam que a salvação é pela GRAÇA, mas com o coração exigem a ordenança da Lei.

A prática do dízimo, em âmbito religioso, só teve validade espiritual em épocas anteriores ao Novo Testamento, ou seja, na dispensação da Lei, antes da Lei (nos tempos de Abraão), porque nessas épocas, a salvação pela GRAÇA DE CRISTO ainda não estava em prática. Motivo esse

que levou Abraão a praticar obras tais, como: circuncisão, sacrifícios de animais, dízimo, etc., as quais não se enquadram na verdadeira prática cristã. Porém, podemos afirmar, com absoluta certeza espiritual, que, se Abraão vivesse na época do cristianismo, não praticaria tais obras.

7. O Dízimo em Contradição a Graça

Cristo nos resgatou da maldição da Lei, fazendo-se maldição por nós; o percentual de 10% regido pela Lei, Cristo já cumpriu por nós, cravando-o na cruz para que fôssemos salvos pela Sua Graça. Por que, agora, voltarmos aos rudimentos do mundo, praticando novamente ordenanças da Lei? Isso seria, sem dúvida, fazer agravo ao Espírito da Graça!

Comecemos este capítulo analisando um texto bíblico referente à contribuição financeira do povo que vivia debaixo da Lei (fora da Graça de Cristo), para em seguida compará-lo a um texto bíblico referente à contribuição do povo da Graça, para que se revele a diferença de regime de contribuição financeira entre o POVO DA LEI e o CRISTIANISMO:

“Malaquias 3.8-10”

(8) “*Roubará o homem a Deus? **Todavia vós me roubais**, e dizeis: em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas*”

(9) “***Com maldição sois amaldiçoados,** porque a mim me roubais, sim, toda esta nação”.*

(10) “*Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e depois fazei prova de mim, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós uma bênção tal, que dela vos advenha a maior abastança”.*

Observe o leitor que, baseando-se no texto acima, que é o ponto principal usado para cobrança de dízimo do povo que estava debaixo da Lei, não há nele chance para contribuir com

menos de 10%, até porque o versículo 8 acusa o tal contribuinte de roubador de Deus, e o versículo 9 determina a maldição sobre ele, dizendo: **Com maldição sois amaldiçoados**.

Isso quer dizer que, além do tal contribuinte não receber a bênção, ainda é amaldiçoado. Essa é a realidade da expressão do texto supracitado, pois está em compatibilidade com a maldição da Lei, determinada em Deuteronômio, para aquele que descumprir qualquer ponto da Lei: "*Maldito aquele que não confirmar as palavras desta lei não as cumprindo*" (Dt 27.26; 28.15-68).

Por isso é bem correto pregar esta maldição sobre aqueles que estão debaixo da Lei e não dão o dízimo. Paulo prega para aqueles que querem estar debaixo da Lei, dizendo: "*Todos aqueles, pois, que são das*

obras da lei estão debaixo da maldição; porque está escrito: maldito todo aquele que não permanecer em todas as coisas que estão escritas no livro da lei, para fazê-las" (Gl 3.10). Mas para aqueles que querem viver em Cristo, diz: **Mas o justo viverá da fé** (Gl 3.11)**.**

Cristo nos resgatou da maldição da Lei, fazendo-se maldição por nós, isto é, cumprindo-a em nosso lugar (Gl 3.13). Tirou dos nossos ombros tais ordenanças, como: circuncisão, percentual de contribuição preestabelecido pela Lei (o dízimo), sacrifícios de animais, guarda de dias meses e anos, etc. etc., conforme está escrito: "*Havendo riscado a cédula que era contra nós nas suas ordenanças, a qual de alguma maneira nos era contrária, e a tirou do meio de nós, cravando-a na cruz*" (CL 2.14). Vale ressaltar que o dízimo é, incontestavelmente, conteúdo desta cédula, a

qual a Bíblia Sagrada afirma claramente que Jesus riscou, tirou do nosso meio e cravou na cruz.

Porém, como já aprendemos acima, os defensores do dízimo têm toda razão de pregar a maldição e chamar de roubadores àqueles que estão debaixo da Lei e não dão o dízimo. Inclusive, seguindo à risca esta Lei, nem salvação pode haver para o tal; pois quem rouba a Deus e está debaixo da maldição, realmente não é salvo. Mas, faço aqui uma pergunta: se esta Lei fosse válida para o cristianismo, poderíamos contar com muitos salvos nas igrejas?

A lição 8, do livro **Discipulado, Aluno 1,** publicado pela CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus), diz: "**Se todos os crentes pagassem o dízimo, não haveria**

necessidade de a igreja lançar mão de campanhas financeiras para realizar suas tarefas". E ressalta, dizendo: "**É pequeno o percentual dos que se dispõem a cumprir este mandamento".**

Diante desse relato, poderíamos imaginar que também fosse pequeno o percentual de salvos dessa Igreja, não é mesmo?... Porém nós (os que somos esclarecidos pelo Espírito Santo) sabemos que não é assim; pois conhecendo o testemunho da mesma, a reconhecemos como Igreja poderosa em Cristo Jesus, santa na sua maioria, e que o seu número de salvos é bem maior que o número dos que dão o dízimo. E por outro lado, sabemos que o grande erro não está na Igreja, por não pagar dízimo, mas sim nos seus obreiros, que colocam sobre a cerviz dos discípulos um jugo que (conforme diz a

Bíblia) **nem nossos pais, nem nós pudemos suportar** (At 15.10).

Sabe-se, também, de uma linha de igrejas que cobra dízimos, que os seus próprios pastores não são dizimistas; estendem as mãos e exigem de seus fiéis o que eles mesmos não praticam. Certa feita, Jesus referiu-se a esse tipo de obreiros, dizendo: "*Pois atam fardos pesados e difíceis de suportar, e os põem aos ombros dos homens; eles, porém, nem com o dedo querem movê-los*" (Mt 23.4).

Pois bem, no começo deste capítulo, ficou comprovado que, segundo a Lei do dízimo, não há chance para contribuir com menos de 10%, pois além desse contribuinte não receber a bênção, ainda é amaldiçoado. Essa é a realidade da expressão de Malaquias 3.8-10 (citada

acima), direcionada ao povo que vivia debaixo da Lei.

Observemos no versículo transcrito a seguir que a determinação divina para a contribuição na Nova Aliança, isto é, para os cristãos, é descrita em condições diferentes. Isto seria uma contra-dição na Palavra de Deus, se fizesse parte da mesma aliança de Malaquias 3.8-10.

Vejamos então: "***E digo isto: que o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará***" (2 Co 9.6).

No versículo acima, a determinação de contribuição financeira dirigida ao cristianismo, declara que a bênção é derramada sobre qualquer percentual de contribuição; qualquer

percentual é aceito diante de Deus, com promessas de bênçãos; muito ou pouco, porém a bênção é proporcional à contribuição: se pouco, recebe pouco; se muito, recebe muito, mas qualquer percentual é aceito.

Esse “pouco ou muito”, mencionado neste versículo, é determinado única e exclusivamente pelo nível das possibilidades de cada um. Como por exemplo: muitas vezes, diante de Deus, uma contribuição de 5% de uma pessoa que ganha pouco, pode ser considerada muito, enquanto uma contribuição de 15% de outra pessoa que ganha muito, pode ser considerada pouco. O que realmente conta diante de Deus é a justiça com que contribuímos (Ml 3.3; Is. 11.4).

Contudo, entendemos, através do versículo supracitado (2 Co 9.6), que no regime

da Graça, mesmo contribuindo com pouco, isto é, abaixo das possibilidades, ainda se recebe a bênção; embora seja proporcional; ao contrário de Mala- quias 3.8-10, quando o que se recebia era a maldição da Lei. A pregação do dízimo no cristianismo entra em contradição, inclusive, com este versículo.

O livro de Malaquias, de modo geral, foi escrito a um povo que vivia em uma época ainda fora da graça de Cristo; por isso continuava sendo regido pela Lei de Moisés. Exceto uma profecia para o cristianismo, a mensagem, de modo geral, foi direcionada ao povo que vivia debaixo da Lei e ainda tinha que guardá-la.

Veja que a mesma expressão feita no capítulo 3, versículos 8 ao 10, para cobrança do dízimo, é feita também no capítulo 1, versículos

1 ao 8, para celebração de sacrifícios de animais: "*O filho honra o pai, e o servo, o seu senhor; se eu sou Pai, onde está a minha honra? E, se eu sou Senhor, onde está o meu temor? Diz o Senhor dos Exércitos a vós, ó sacerdotes, que desprezais o meu nome. E vós dizeis: em que nós temos desprezado o teu nome? Oferecereis sobre o meu altar pão imundo, e dizeis: em que te havemos profanado? Nisto que dizeis: A mesa do Senhor é desprezível. Porque, quando ofereceis animal cego para o sacrifício, isto não é mau? E quando ofereceis o coxo ou enfermo, isto não é mau? Ora, apresenta-o ao teu governador; porventura terá ele agrado de ti? Ou aceitará ele a tua pessoa? Diz o Senhor dos Exércitos*" (Ml 1.6-8).

Através deste texto, entendemos claramente que o livro de Malaquias foi escrito,

como já foi expressado acima, para que o povo daquela época guardasse a Aliança Levítica determinada no Monte Sinai (chamada lei de Moisés), e não para o cristianismo.

Tanto que no capítulo 2, versículo 4, diz: "*Então sabereis que eu vos enviei este mandamento* ***para que a minha aliança fosse com Levi****, diz o Senhor dos Exércitos.*" E no versículo 8 do mesmo capítulo: "*A muitos fizestes tropeçar na lei, corrompestes a* ***aliança de Levi****, diz o Senhor dos Exércitos*" (Ml 2.8).

Ao encerrar o livro, Deus desperta o povo por intermédio de Malaquias, para que continue guardando a lei de Moisés, quando diz: "***Lembrai-vos da lei de Moisés, meu servo, a qual lhe mandei em Horebe, para todo o Israel, a saber, estatutos e juízos***" (Ml 4.4).

As referências acima deixam claro que existe grande diferença entre as obras do cristia- nismo e as do povo israelita que vivia na lei de Moisés. A grande diferença existe, inclusive, na determinação da contribuição financeira.

Observa-se que a expressão da parte de Deus ao determinar a prática de contribuição para o povo da Aliança Levítica, é uma, e para o Cristianismo (povo da Nova Aliança) é outra. Esta realidade encontra-se dentro do próprio livro de Malaquias:

Observemos Malaquias 3.1-5:

(1): ***Eis que eu envio o meu mensageiro****, que preparará o caminho diante de mim; e de repente virá ao seu templo* ***o Senhor, a quem vós buscais****,* ***e o mensageiro da aliança, a***

***quem vós desejais**; eis que vem, diz o Senhor dos Exércitos.*

(2): *Mas quem suportará o dia da sua vinda? E quem subsistirá, quando ele aparecer? Porque ele será como o fogo do ourives e como o sabão dos lavandeiros.*

(3): *E assentar-se-á, afinando e purificando a prata; e purificará os filhos de Levi, e os afinará como ouro e como prata: então ao Senhor **trarão ofertas em justiça**.*

(4): *E a oferta de Judá e de Jerusalém será suave ao Senhor, **como nos dias antigos, e como nos primeiros anos.** E chegar-me-ei a vós para juízo, e serei uma testemunha veloz contra os feiticeiros e contra os adúlteros, e contra os que juram falsamente, e contra os que defraudam o jornaleiro, e pervertem o direito*

da viúva, e do órfão e do estrangeiro, e não me temem, diz o Senhor dos Exércitos. (Ml 3.1-5).

Apesar de o livro de Malaquias ter sido, de modo geral, direcionado ao povo israelita, no que tange a guarda da Lei, houve esta profecia diri-gida ao Cristianismo (ao povo da Nova Aliança).

O mensageiro que prepararia o caminho diante do Senhor, mencionado no versículo 1, é João Batista; e o Senhor, a quem vós buscais, é Jesus Cristo. Isto nos deixa bem claro que a profecia se refere ao Cristianismo. E aí, é quando a Palavra de Deus esclarece a contribuição financeira no tempo da Graça (no cristianismo), dizendo: "***Trarão ofertas em justiça***" (ML 3.3).

Vejamos que a contribuição financeira profetizada para o tempo da graça, é transformada de dízimo para "**Ofertas em Justiça**".

Quando Deus falou para o povo que estava debaixo da Lei, disse: "***Trazei todos os dízimos***", mas quando referiu-se ao povo cristão (no futuro, no tempo da Graça), disse: "***Trarão ofertas em justiça***".

Como em nenhum outro livro da Bíblia se encontra a determinação de contribuição financeira para os cristãos ordenada em forma de dízimo, no livro de Malaquias não poderia ser diferente.

8. O Dízimo em Contradição a Graça

Alguns ministros religiosos, ao aceitarem falsos princípios, afastam-se da realidade do Evangelho e passam a valorizar mais seus dogmas de doutrina do que a própria Palavra de Deus. E Deus, então, para coibir tal heresia dentro de Sua Igreja, trata de corrigi-los.

Alguns defensores do dízimo têm me feito a seguinte pergunta: "muitas das igrejas que cobram dízimo têm sido reconhecidas pelo Espírito Santo (segundo a Sua operação no seu interior), como igrejas de Deus, juntamente com seus obreiros; poderia, então, uma obra de maneira errada ser praticada por uma Igreja de Deus? Como você explica isto?".

Então eu, em resposta a estes, posso afirmar, pela correta interpretação que recebi da parte de Deus (pelo Espírito Santo que me foi dado), que, sem dúvida e isento de hipocrisia, também reconheço que muitas das igrejas que cobram dízimo são igrejas de Deus, e inclusive seus ministros; porém, isto não significa que tais ministros não estejam errando nesta área! Quando Deus repreende Seus obreiros, é exatamente pelo fato de existir erro dentro de Sua Igreja.

As sete igrejas da Ásia, as quais Jesus enviou cartas através do apóstolo João, também eram igrejas de Deus, e inclusive seus ministros, porém, cinco delas receberam fortes repreensões da parte de Jesus por algumas das suas obras não terem sido achadas corretas diante de Deus. E as igrejas, cujas cartas continham repreensões da parte de Jesus, foram

advertidas para que seus ministros se corrigissem dos seus erros e perma-necessem em pé diante de Deus.

Observemos a carta à Igreja de Éfeso:

(Ap 2.1-7)

"1 Escreve ao anjo da igreja que está em Éfeso: isto diz aquele que tem na sua destra as sete estrelas, e anda no meio dos sete castiçais de ouro:

2 Conheço as tuas obras, e o teu trabalho, e a tua paciência, e que não podes sofrer os maus; e puseste à prova os que dizem ser apóstolos, e o não são, e tu os achaste mentirosos.

3 E sofreste, e tens paciência, e trabalhaste pelo meu nome, e não te cansaste.

4 ***Tenho, porém, contra ti que deixaste o teu primeiro amor****.*

5 Lembra-te, pois, de onde caíste, e arrepende-te, e pratica as primeiras obras; quando não, brevemente a ti virei, e tirarei do seu lugar o teu castiçal, se não te arrependeres.

6 Tens, porém, isto: que odeias as obras dos nicolaítas, as quais eu também odeio.

7 Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: Ao que vencer, dar-lhe-ei a comer da árvore da vida, que está no meio do paraíso de Deus.”

É claro que o erro da Igreja de Éfeso não tinha nada a ver com o dízimo; até porque sabiam, de primeira mão, que não deveriam cobrar dízimo; mas, o que podemos observar é que era uma Igreja de Deus e seu ministro também; tanto que todas as suas obras estavam corretas diante de Deus, **com exceção de uma**. E foi por esta **única** obra que não estava agradando a Deus, que Jesus estava tomando providência contra o seu ministro (o anjo da Igreja), para livrar o seu povo de uma queda espiritual.

Quanto ao erro da cobrança do dízimo nas igrejas de hoje, nota-se que nestes últimos tempos Deus tem tomado providências para corrigir seus ministros que praticam essa indevida cobrança.

O DÍZIMO NÃO É UMA COBRANÇA?

Muitos defendem a prática do dízimo no cristianismo, afirmando erroneamente que o dízimo não é uma cobrança (não é um pagamento obrigatório), mas sim uma contribuição voluntária. Mas isto não é verdade. O dízimo não seria uma cobrança, se não fosse acompanhado de influência espiritualmente legalista; mas esta não é a realidade de sua prática, pois se tratando de dízimo, já é, obviamente, prefixado 10% e cobrado sob o rigor da Lei. Quem convive no meio evangélico sabe disto. Eu, por exemplo, ao longo dos 28 anos que sirvo a Deus, venho acompanhando a atitude de algumas lideranças religiosas em relação à prática do dízimo, e presenciando constantes pressões que são feitas em relação a essa cobrança, as quais têm, na verdade, avaliada as qualidades espirituais dos seus fiéis pelo pagamento de dízimo. Ao invés de ensinarem o povo a amar a obra de Deus, ou seja, a contribuir inspirado pelo amor, acham mais fácil e confortável (para si mesmos) ensinarem o povo a

ter medo das ordenanças do Antigo Pacto, sob ameaça da maldição da Lei, levando o povo a contribuir para sentir o alívio de um peso obrigatório (para o resgate de uma dívida para com Deus), rejeitando assim o que foi estabelecido pelo Espírito da Graça. A verdade é que, a maioria das igrejas fecha as portas de seu convívio espiritual para aqueles que não derem no mínimo 10% de suas rendas.

Para confirmação de tudo isto, observe o que nos últimos tempos estão ensinando em relação ao cristão que não pode pagar o dízimo, ou que por fidelidade ao Espírito da Graça não for dizimista:

1º: **Está roubando a Deus**.

2º: **É amaldiçoado.**

3º: **Não pode estar em comunhão com o povo de Deus**.

Diante de tudo isso, muitos ainda têm a coragem de dizer que isto não é uma cobrança. A verdade é que, nas entrelinhas, a mensagem da pregação do dízimo é esta**: "**Não é obrigatório, mas espontâneo, porque você tem livre escolha: dar o dízimo, ou viver em maldição**"**.

Conclusão: o dízimo é, com certeza, cobrado pelo rigor da Lei, mas aplicado no cristianismo sob o disfarce de contribuição voluntária.

A cobrança do dízimo no cristianismo é um jugo que tem causado sofrimento e angústia para muitos cristãos, e até tem impedido que muitas pessoas se integrem à Igreja. Muitos, ao crerem no Evangelho, não se aliam às igrejas por causa do dízimo, isto é, por não sentirem espiritualidade na sua cobrança; enquanto outros se desintegram das igrejas por não resistirem tal carga nos seus ombros.

Esse jugo tem feito com que muitos cristãos enfraqueçam na fé; pois quando alguém encontra impossibilidade de apurar os 10% do que ganha para poder contribuir em forma de dízimo, o tal é reputado, pelos pregadores de dízimos, como ladrão e amaldiçoado. Pois ganhando pouco e procurando saldar seus compromissos para manter sua honestidade social e sua integridade espiri-tual, nem sempre consegue levar aos seus líderes os 10%, mesmo sentindo no coração grande desejo de contribuir. Impossibilitado de levar esse valor, deseja levar o que pode, mas é impedido pelo pregador legalista que diz que 10% deve ser o mínimo, e que seria injusto levar menos, apontando para a **Ordenança da Lei do Antigo Pacto** mencionada em **Malaquias 3.8-10**, para dizer que o tal é ladrão e amaldiçoado. Então este cristão acaba não levando nada; e quando vai orar, aquela acusação do pregador soa injustamente nos seus ouvidos: "**Você é ladrão**

e amaldiçoado", desanimado na fé e julgando-se sem condição de servir a Deus, acaba se desintegrando da Igreja. Porém, tais pregadores, com certeza, vão prestar contas com Deus pelo prejuízo espiritual que têm causado à vida desses cristãos, pois nesse sentido, o apóstolo Paulo expressamente declara: "*Aquele que destruir o templo de Deus que sois vós, Deus o destruirá*" (1 Co 3.17).

Portanto, pregadores de dízimos, não destruam por causa do dinheiro aqueles por quem Cristo morreu.

Temos acima um real exemplo do pobre que vive oprimido por não conseguir apurar 10% do seu salário (o dízimo) para cumprir a exigência de seus respectivos líderes. Pois é natural que a contribuição cristã, ordenada em forma de dízimo, causa opressão aos pobres. E

aí, é quando essa indevida cobrança ameaça o cumprimento das profecias de libertação da opressão da Lei, como:

1º) "*Porque tu quebraste o jugo que pesava sobre ele, a vara que lhe feria os ombros e o cetro do seu opressor, como no dia dos midianitas"* (Isaias 9.4).

2º) "*O Espírito do Senhor Jeová está sobre mim, porque o Senhor me ungiu para pregar boas novas aos mansos; enviou-me a restaurar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos e a abertura de prisão aos presos*" (Isaias 61.1).

3º) "*Por causa da opressão dos pobres e do gemido dos necessitados, me levantarei agora, diz o Senhor; porei em salvo aquele para quem eles assopram*" (Salmos 12.5).

4º) *"mas julgará com justiça os pobres"* (Isaias 11.4).

5º) *"então, ao Senhor trarão ofertas em justiça"* (Malaquias 3.3).

Se os cobradores de dízimos procurassem amar um pouco mais a igreja de Deus, certamente não agiriam com ameaças de maldição, mas abençoariam a igreja ao contribuir com qualquer percentual. Deixariam de operar pelo **Ministério da Letra**, chamado também de **Ministério da Condenação**, e operariam pelo **Ministério do Espírito**, que dá vida e paz aos que com um coração puro aceitam a Graça de Cristo para remição dos seus pecados, e agora, dentro de suas possibilidades, querem contribuir, levando à obra de Deus com alegria e propósito de coração, o que podem ajuntar, conforme a

orientação do apóstolo Paulo: "*o que puder ajuntar, conforme sua prosperidade*" (1Co 16.2). E ainda: "*Porque, se há prontidão de vontade, será aceita segundo o que qualquer tem, e não segundo o que não tem*" (2Co 8.12).

Os legalistas do dízimo, que não conhecem totalmente a verdade do Evangelho e a integri- dade da Graça de Cristo, preferem dizer que aquele que dá menos de 10% é ladrão e amaldiçoado. Confiam mais no **Ministério da Letra** do que no **Ministério do Espírito**. Mas, veja o que está escrito: "*O qual nos fez também capazes de ser ministros de um Novo Testamento, não da letra, mas do Espírito; porque a letra mata e o Espírito vivifica*" (2 Co 3.6).

"O DÍZIMO É BÍBLICO; ESTÁ ESCRITO!", ALEGAM OS PREGADORES LEGALISTAS.

"**É BÍBLICO**" ou "**ESTÁ ESCRITO",** é a razão equivocada que muitos apresentam para introduzir no cristianismo algumas obras cuja realização é, sem dúvida, contra a vontade de Deus**.** Existem muitas obras **bíblicas, ou, que estão escritas**, mas que não podem ser aplicadas no cristianismo, como por exemplo:

a) Sacrifício de animais é uma obra bíblica e, inclu-sive, paralela ao dízimo; pois também está escrita no livro de Malaquias! Foi praticada na Lei, antes da Lei, mas não deve ser praticada no cristianismo.

b) O apedrejamento por adultério é, sem dúvida, bíblico, mas também não se enquadra na prática cristã.

c) A circuncisão também é bíblica; foi praticada na Lei, antes da Lei, e inclusive por Jesus (Lc 2.21-24; Rm 15.8), entretanto, o cristão não deve praticá-la, pois está escrito: "*Se vos deixardes*

circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará (Gl 5.2)".

Não é por uma obra estar escrita na bíblia, que deve ser praticada no cristianismo. Vale lembrar que, existem a letra da Bíblia e o Espírito da bíblia. A letra só tem respaldo divino aliada ao Espírito da Bíblia. Citar a letra da Bíblia sem juntá-la ao Espírito dela, pode levar à heresia, ou seja, pode formar um anátema. Por isto Paulo diz: "***porque a letra mata, mas o Espírito vivifica***" (2º Co 3.6). Satanás, ao tentar Jesus, pediu-lhe indevidamente a realização de uma obra bíblica, usando o seguinte argumento: "**porque está escrito**". Ele pediu para Jesus se atirar do pináculo do Templo, dizendo: "Está escrito: *Que aos seus anjos dará ordens a teu respeito, para que não tropeces em alguma pedra*". Então Jesus lhe respondeu, usando também um

texto bíblico, porém, em harmonia com o Espírito da Bíblia, dizendo: "também está escrito: ***Não tentarás o Senhor teu Deus***". Porque, o que Satanás citou, realmente estava escrito (era bíblico), mas não era para àquela hora (para aquela situação), mas para a hora certa.

Aplicar uma obra de maneira indevida só porque "**está escrito**" é realmente tentar a Deus. Por este motivo encontramos, em Atos dos Apóstolos, a devida repreensão aos discípulos que cometeram essa tentação a Deus ao imporem sobre os cristãos a prática da Lei de Moisés (inclusive o dízimo), quando diz: "***Por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar***?" (At. 15.10). Observem que, todas estas obras que o Espírito Santo revelou aos apóstolos que se as colocassem em

prática no cristianismo seria uma tentação a Deus, estavam escritas na Bíblia! Eram bíblicas! Portanto, obreiros do Evangelho, não vamos tentar a Deus, mas sim deixar o cristão livre para contribuir com qualquer percentual.

Porque sobre o dízimo, realmente está escrito, porém, para a hora certa (para a época do Velho Testamento, ou, para quem quer viver debaixo da Lei), mas não para o verdadeiro cristianismo.

Então, sabemos que, aplicar o dízimo ao cristianismo, **porque está escrito**, é cometer o erro da observância exclusiva da letra (é tentar a Deus). Vale ressaltar que, Satanás provocou a tentação a Deus, ao pedir para Jesus se atirar do pináculo do Templo, dizendo: "**está escrito**".

Portanto, não se pode tomar uma obra da Lei (que vem por mandamento carnal, **obra morta)**,

como é o caso do dízimo, e aplicar ao cristianismo, pelo fato de ser bíblica. Obras desta natureza, no cristianismo, são consideradas **obras mortas**. Mas a contribuição cristã deve chegar diante de Deus como **obra viva,** sem percentual prefixado por Lei, isto é sem limite máximo nem mínimo, mas que se realiza pela lei da liberdade (Tg 2.12; 1.25; 2º Co 9.7).

SACRILÉGIO

A pregação do dízimo no cristianismo é um verdadeiro sacrilégio (**é um agravo ao Espírito da Graça**). Pois quando é pregado que aquele que não dá o dízimo é ladrão e amaldiçoado, está reputando o dízimo como uma obra imprescindível à salvação, ou seja, está substituindo a Graça de Cristo pelo cumprimento da lei do dízimo. E isto é realmente fazer agravo ao Espírito da Graça. Porque a espontaneidade para contribuir, e a liberdade para que o percentual de contribuição

seja determinado pelas possibilidades e propósito de coração, são características proporcionadas pelo Espírito da Graça. Ao contrario, estaríamos aniquilando a Graça de Deus. Por esta razão lemos em Gálatas 2.21: "*Não aniquilo a graça de Deus; porque, se a justiça provém da lei, segue-se que Cristo morreu debalde"*.

A ofensa ao Espírito da Graça pode custar muito caro para aquele que à pratica, pois a este respeito, está escrito: "*quebrantando alguém a lei de Moisés, morre sem misericórdia, só pela palavra de duas ou três testemunhas. De quanto maior castigo cuidais vós será julgado merecedor aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue da Aliança, com que foi santificado, **e fizer agravo ao Espírito da graça.?***" (Eb 10.28,29 ; Rm. 5,20.)

A HERESIA DA DEVOLUÇÃO

A pregação do dízimo troca a Graça de Cristo pela maldição da Lei. Chegam até a ensinar que o cristão está devolvendo o dízimo! Ora, devolver o dízimo é rejeitar a Graça de Cristo; é devolver o Sacrifício que Ele consumou na Cruz do Calvário, e confiar que pode cumprir essa Lei, como quem diz: “eu não preciso, eu cumpro, eu posso, eu sou fiel nesta Lei, então te devolvo.” Mas, mesmo que alguém seja fiel nesta Lei, terá que ser fiel em toda a Lei, ou seja, devolver todo sacrifício de Cristo, e passar a guardar toda a Lei, (Gl 5.1-3; Tg 2.10).

O **Dízimo**, corretamente compreendido, era **o imposto de renda da nação**. Imposto esse, que só foi regularmente cobrado pelas autoridades eclesiásticas durante o tempo em que a religião e a política caminhavam juntas, ou seja, quando o ministério político era governado pelas autoridades religiosas. Eram

dois componentes em uma só realidade. Tanto, que no mundo judaico, o Sinédrio (máximo órgão jurídico e administrativo da nação) era presidido pelo sumo sacerdote.

Mas, o ministério cristão foi constituído, sem dúvida, separado da política. O próprio Jesus declarou: "*O meu Reino não é deste mundo*" (Jo 18.36). Por este motivo, a cobrança do **imposto de renda (o dízimo)** ficou somente a cargo do governo político. Isso nos ajuda a entender o porquê da Igreja cristã primitiva não ter praticado a cobrança do dízimo.

Porque, tudo que se trata de tributo, imposto de renda, pertence ao governo político. Por este motivo, Jesus achou justo dar a moeda do tributo ao representante político (a César). Temos certeza que, hoje, em termo de Brasil, se perguntasse para Jesus sobre o **imposto de renda** (**que corres-ponde ao dízimo da**

época), dizendo**:** É lícito pagar o imposto de renda à Lula? A resposta seria a mesma: Dai a Lula o que é de Lula, e a Deus o que é de Deus. Ou seja: dai **o imposto de renda** ao governo político, e a Deus o que é de Deus.

Todos os cobradores de dízimos, na área de contribuição, operam como ministros do Velho Testamento e não do Novo, da letra e não do Espírito. E em referência às suas justificativas de que há operação divina no meio de suas respec- tivas igrejas, posso afirmar que a correção é parte integrante dela; Deus opera no meio de Sua Igreja para salvar, abençoar, ensinar e corrigir.

Deus está tomando providências contra o grave erro da cobrança do dízimo, exatamente pelo fato dela estar acontecendo dentro de muitas das Suas igrejas. Se tal erro acontecesse

simples-mente fora da Igreja, Deus não tomaria as devidas providências como tem tomado nestes últimos tempos. Mas, para livrar o Seu povo desse jugo desagradável e dessa indevida cobrança, o Senhor tem Se dirigido de forma repreensiva a tais obreiros. Este é o principal motivo que prova que muitas das igrejas que cobram dízimo pertencem a Deus e, igualmente, seus respectivos obreiros.

Em quase todos os livros da Bíblia Sagrada encontram-se repreensões a obreiros, por alguma obra que não estava correta diante de Deus; e a recomendação para essa situação é: ao reconhecer o erro, aceitar a devida correção, para melhor agradar a Deus no seu ministério, conforme a orientação do escritor aos Hebreus: "*Por isto, deixando os rudimentos da doutrina de Cristo, prossigamos até a perfeição, não lançando de novo o fundamento de*

arrependimento de obras mortas e de fé em Deus" (Hb 6.1).

Deus tem falado de diversas maneiras com o Seu povo a respeito desse legalismo, e agora fala através deste livro que tem me inspirado. Só não aprende aquele que endurece o coração e não dá ouvido ao Espírito Santo; mas é importante termos como exemplo a recomendação divina do Salmo 95.7-8: "*Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações*".

Portanto, irmãos, vamos seguir a vontade de Deus expressada pelo apóstolo Paulo na sua Epístola aos Gálatas, quando disse: "*Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a colocar-vos debaixo do jugo da servidão*", (Gl 5.1).

Concluo, pois, este capítulo, trazendo à memória o capítulo 15, versículo 10, de Atos dos Apóstolos, o qual nos adverte que, submeter a Igreja de Cristo ao jugo da servidão da Lei (da qual o dízimo é parte integrante) é realmente tentar a Deus:

"*Agora, pois, por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar?*"

9. Como Repreendo o Devorador?

No cristianismo não se repreende o devorador com dízimo ou algum outro valor financeiro, mas sim pela justiça da fé no poder do nome de Jesus. A Palavra de Deus nos ensina que, com o escudo da fé, poderemos apagar todos os dardos inflamados do maligno.

Observemos a grande diferença que existe entre o CRISTIANISMO e o povo da ANTIGA ALIANÇA (DA LEI), referente à posse do poder de Deus para repreensão do devorador e para toda realização de maravilhas:

"*Eis que vos dou poder para pisar serpentes e escorpiões, e toda força do inimigo, e nada vos fará dano algum*" (Lc 10.19).

Neste versículo Jesus concede imunidade absoluta aos discípulos sobre a ação do devorador, e deixa claro que o devorador não tem poder sobre o cristão, mas sim o cristão sobre o devorador.

O verdadeiro cristão, por ser dotado do poder de Deus, recebe automaticamente a proteção divina, tornando-se assim intocável pelo maligno. O apóstolo João conscientizou a Igreja sobre a imunidade do verdadeiro cristão, dizendo: "*Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não peca; mas o que de Deus é gerado conserva-se a si mesmo,* ***e o maligno não lhe toca***" (1 Jo 5.18).

O povo da Antiga Aliança (da Lei), de modo geral, não recebia (por falta de condição espiritual) o poder para expulsar demônios, curar os enfermos e demais operações de

maravilhas, como recebe o povo da Graça (o cristianismo).

Na época da dispensação da Lei, tal poder era concedido somente aos ungidos de Deus, os quais eram: profetas, reis e sacerdotes. Só esses tinham poder para realização de maravilhas. Por esta razão observamos, na história da cura do leproso Naamã, registrada em 2 Reis 5.1-14, que sua serva (intermediária da cura) embora fazendo parte do povo de Deus, não pôde curá-lo, mas teve que indicar o profeta Elizeu (o ungido) que estava distante, dizendo: "**Conheço um que se meu senhor Naamã estivesse diante dele, seria restaurado da sua lepra**". Enquanto, se isto acontecesse no tempo da Graça (no cristianismo), aquela serva, com as respectivas qualidades de fé, poderia mudar a sua versão e, ao invés de dizer: "**Conheço um profeta que pode curar**", poderia dizer:

Conheço Um que me concedeu poderes, dizendo: "***Curai os enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos, expulsai os demônios***" (Mt 10.8); ela mesma poderia usar este poder e curá-lo.

Na Lei, o próprio Deus repreendia o devorador diretamente. Como o dízimo fazia parte da Lei, Deus prometia, mediante a guarda da Lei, repreender o devorador.

Em termos da posse do poder de Deus, existe grande diferença entre o povo da Antiga Aliança, e o povo da Nova Aliança. Observemos que, para o povo dizimista (da Antiga Aliança), Deus diz: "***Eu repreenderei o devorador***" (Ml 3.11), enquanto para o povo da Nova Aliança (da Graça), diz: "***Eis que vos dou poder para pisar serpentes e escorpiões, e toda***

força do inimigo, e nada vos fará dano algum" (Lc 10.19).

No próprio capítulo 3 de Malaquias, enquanto Deus diz ao povo DIZIMISTA: "***Eu repreenderei o devorador***" (Ml 3.11), observemos que no mesmo capítulo, do versículo 1 ao 5, quando a profecia refere-se à salvação e à contribuição financeira do povo da **"Nova Aliança**" (do cristianismo), Deus muda a ordem de operação, dizendo que será **uma testemunha contra o "devorador"** cujo espírito está nos feiticeiros, nos que juram falsamente, nos que defraudam os jornaleiros, nos que pervertem o direito da viúva, e do órfão, e do estrangeiro (Ml 3.5).

Para o povo dizimista (que vivia segundo a lei), Deus repreendia o devorador, porém para o cristianismo, que segundo Malaquias 3.3

"**traria ofertas em justiça**", Deus, por lhe conceder poder e autoridade para tal realização, disse: "***Eu serei uma testemunha.***" (Ml 3.5).

No cristianismo, Deus dá poder e autoridade para o Seu povo expulsar os demônios, curar os enfermos, e toda realização de maravilhas, e fica presenciando como testemunha. Um dos reais exemplos disto encontra-se no Evangelho de Lucas 10.17-19, quando Jesus, tendo concedido poder e autoridade aos Seus discípulos para repreender os demônios, curar os enfermos, e toda realização de maravilhas, os enviou à Sua obra; porém voltando os discípulos, e relatando à Jesus os seus feitos em Seu nome, e inclusive a sujeição de satanás a eles, Jesus declarou-se como testemunha, dizendo: "*Eu via satanás, como raio, cair do céu*" (Lc 10.17-18). Enquanto na Lei, só quem usava este poder

eram os ungidos de Deus: profetas, reis e sacerdotes. Geralmente só estes recebiam a unção do poder do Espírito Santo de Deus. Aliás, existem obreiros no cristianismo, querendo seguir esta linha; dizendo que só os pastores, bispos, anciãos, evangelistas, são os ungidos de Deus. Isto é, no mínimo, pobreza de sabedoria espiritual.

No cristianismo, todos, não só podem como devem receber o poder de Deus e a Unção do Espírito Santo.

A Unção do cristão é o recebimento do Espírito de Cristo. E isto se alcança pelo batismo da fé. Paulo, escrevendo aos gálatas, confirma: *Porque todos quantos fostes batizados em Cristo, já vos revestistes de Cristo. Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea;*

porque todos vós sois um em Cristo Jesus (Gl 3.27-28). E aos romanos ele deixa claro ao dizer: "*Aquele que não tem o Espírito de Cristo, este tal não é dele*" (Rm 8.9). Isto significa que quem é dEle é Ungido; do contrário, não é dEle.

João, ao escrever sua Primeira Epístola, dirige palavras de conforto à Igreja de Deus, confirmando a sua Unção: "*E vós tendes a Unção do Santo, e sabeis tudo*" (1Jo 2.20).

Jesus declarou a generalidade do uso do Seu poder a todo e qualquer cristão, quando disse: "P*orque em verdade vos digo que qualquer que disser a este monte: ergue-te e lança-te ao mar; e não duvidar em seu coração, mas crer que se fará aquilo que diz, tudo o que disser lhe será feito*" (Mc 11.23).

Quando Jesus diz: "***Qualquer que disser***", a palavra "**Qualquer**", exclui, neste caso, posição eclesiástica, mas qualifica pelo nível da fé.

A hierarquia eclesiástica é de muita importância na organização administrativa da igreja, pois cada obreiro é separado para exercer seu respectivo cargo por ter adquirido, diante da igreja, confiança de fé e experiência para a realização da obra de Deus. Por esta razão, a Igreja é orientada a que, estando alguém doente, chame o obreiro para orar sobre ele (Tg 5.14). Mas nem por isso o obreiro deve agir exaltadamente diante de Deus, e diante da Igreja, como se soubesse mais do que todos, nem como se achando o maior.

É importante esclarecer que Jesus nos declarou a igualdade quando advertiu: "*Vós,*

porém, não quereis ser chamados Rabi, porque um só é o vosso mestre a saber, o Cristo, e todos vós sois irmão" (Mt 23.8).

No capítulo 16, versículos 17 a 18 do Evangelho de Marcos, a generalidade do poder dos cristãos mais uma vez fica clara quando Jesus determina o que pode ser realizado em Seu nome, e quem pode realizar, ao dizer: "*E estes sinais seguirão aos que crerem: em meu nome expulsarão demônios, falarão novas línguas, pegarão nas serpentes, e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e porão as mãos sobre os enfermos e os curarão*".

Observe o leitor, que Jesus delega poderes a todos os cristãos, quando determina: "*e estes sinais seguirão aos que crerem*". Aqui Jesus não especifica pastores, bispos, anciãos

ou qualquer outro obreiro, tampouco posição social, condição financeira, mas deixa claro que é para **aquele que crê**.

O fator principal para que o cristão receba a Unção e tome posse do poder de Deus, não consiste em posição eclesiástica, condição financeira, mas sim no nível alcançado de fé e de sabedoria no Espírito Santo.

A Igreja deve considerar sua hierarquia, obedecer seus respectivos obreiros, porém, da mesma forma os obreiros devem respeitar seus limites diante da Igreja.

O apóstolo Pedro, na sua Primeira Epístola, faz uma recomendação pedindo aos obreiros que apascentem o rebanho de Deus, **não como tendo domínio sobre a herança de Deus** (1 Pe 5.1-3).

Existem obreiros apascentando o rebanho de Deus como se fossem donos dele; já se ouviu a respeito de alguns obreiros que dizem que a Igreja deve seguir as suas ordens independentemente de estarem certas ou erradas. Mas a verdadeira orientação espiritual é para que não aceitemos nenhuma imposição herética, para não cairmos na servidão da vontade de homens: "*Fostes comprados por bom preço, não vos façais servos dos homens*" (1 Co 7.23).

Quando os apóstolos foram interrogados e repreendidos pelo sumo sacerdote a respeito de não terem obedecido suas admoestações heréticas, os apóstolos lhe responderam, dizendo: "***Mais importa obedecer a Deus do que aos homens***" (At 5.28-29).

Portanto, voltando ao assunto da repreensão do devorador, somos esclarecidos pelo Espírito Santo, que, no cristianismo, não é com o poder do cumprimento de percentual financeiro que se repreende o devorador, mas sim pela ação espiritual aliada à fé no poder do nome de Jesus.

Existem muitos obreiros confundindo o poder de Deus com dinheiro. O poder de Deus, para curar enfermos, expulsar demônios e para toda realização de maravilhas, não se consegue com dinheiro, como muitos pensam e ensinam. Um dos exemplos disto encontra-se registrado em Atos 8.5-24, quando Simão mágico, ao se tornar crente, estava atônito diante dos sinais e maravilhas que os apóstolos realizavam, ao curar enfermos, expulsar demônios, e, inclusive, a imposição das mãos que faziam com que os cristãos recebessem o Espírito

Santo. Simão, maravilhado com tudo aquilo, e sabendo que a obra de Deus era carente de contribuição financeira, propôs dinheiro aos apóstolos, dizendo: "*Dai-me também a mim esse poder*". Se os apóstolos fossem como alguns pregadores de dízimo, que dizem que se expulsa os demônios com dízimo, ou até com o envelope do dízimo, eles se aproveitariam da oportunidade para usar Malaquias 3.10, dizendo que era só trazer o dízimo e estaria tudo certo. Mas aqueles homens, cheios do Espírito Santo, e visando defender a verdade do Evangelho, responderam-lhe dizendo: "*Teu dinheiro seja contigo para perdição, pois cuidaste que o dom de Deus se alcança por dinheiro*" (At 8.20).

Simão, diante da repreensão dos apóstolos, reconheceu o seu erro e, arrependido, pediu oração para que nada do que os apóstolos disseram viesse sobre ele (At 8.24). Simão, ao

ser despertado do seu erro, ainda teve a felicidade de humilhar-se diante de Deus para recuperar-se espiritualmente.

Será que esses obreiros que têm colocado fardos pesados sobre a cerviz dos discípulos, confundindo o poder de Deus com dinheiro, terão a mesma felicidade que teve Simão, de recon-hecerem o seu erro e se corrigirem diante da repreensão e esclarecimento do Espírito Santo? Deus espera que sim.

A CONTRIBUIÇÃO CRISTÃ E O DÍZIMO.

Esta é uma das perguntas mais frequentes: “Então o cristão não pode contribuir com 10%?” Pode sim. O cristão é livre para contribuir com qualquer percentual; quem não é livre para contribuir com qualquer percentual é exatamente o dizimista, pois esse já está debaixo da ordenança da Lei dos 10%. Mas, pela lei da Graça que há em

Cristo Jesus, o cristão pode contribuir com qualquer percentual, inclusive com 10%, porém, temos que saber separar uma contribuição cristã de 10% dada livremente e com propósito de coração, de outra contribuição de 10% dada pela ordenança da Lei como percentual mínimo, "na qualidade de dizimista".

A contribuição de 10% dada livremente e com propósito de coração, é espiritual; sendo espiritual e dada livremente, então, a próxima contribuição poderá ser um percentual maior ou menor, de acordo com as possibilidades e o propósito do coração. Porém, a que foi dada pela ordenança da Lei como percentual mínimo, "na qualidade de dizimista" não! Essa tem que ser sempre 10%, pois se tratando da prática do dízimo, esse percentual é automática-mente imposto pela ordenança da Lei. Mas, o Evangelho de Cristo nos liberta dessa prática, e nos coloca na prática da lei da liberdade: "*Estai, pois, firmes na liberdade*

com que Cristo vos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão" (Gl 5.1).

Na história de contribuição financeira existem três poderes:

1º: O poder natural do dinheiro.

2º: O poder do cumprimento de percentual.

3º: O poder da contribuição em justiça (que opera por amor).

O poder natural do dinheiro é material, com ele se adquire coisas materiais. O poder do cumprimento de percentual é carnal, é o cumprimento de uma ordenança da Lei que expressa confiança na carne, ou seja, na capacidade humana (tem que ser no mínimo 10%). Mas o poder da contribuição em justiça (que opera por amor) é espiritual, é o cristão ofertando independentemente

de percentual, mas por puro amor e justiça; com ele o cristão se reveste da armadura de Deus, reputada como "armadura da justiça". Nas armaduras de Deus mencionadas pelo apóstolo Paulo em Efésios 6. 10-17, ela se identifica com a couraça da justiça, citada no versículo 14. Aos Coríntios, Paulo falando sobre contribuição, diz: "*Conforme está escrito: Espalhou, deu aos pobres: a sua justiça permanece para sempre"* (2 Co 9.9).

Irmãos, ao finalizar este capítulo, quero despertar à cada um para que se conscientize que a contribuição financeira efetuada de maneira adequada, exerce um papel muito importante na nossa vida. Pois o cristão deve agir ativamente em todos os aspectos espirituais e automaticamente na área financeira.

A contribuição financeira praticada com procedimento verdadeiramente espiritual, além

de atender às necessidades da obra de Deus, também proporciona bênçãos ao próprio contribuinte. É exatamente deste assunto que falo com ênfase no capítulo 10 deste livro.

Peço-lhes, pois, irmãos, que suportem esta exortação; pois a minha missão diante de Deus é levar a todo cristão à prática correta da fé, em Cristo Jesus, Salvador e Protetor das nossas almas, ao Qual seja glória para todo o sempre. Amém.

10. Como Receber as Bênçãos Financeiras?

Para que as promessas de bênçãos da parte de Deus, referentes à contribuição financeira, se realizem em nossas vidas, devemos contribuir impulsionados pelo amor, não pelo legalismo.

Em suma: devemos agir pelo propósito do coração, não pela lei do dízimo.

Neste capítulo, para que se manifeste ainda mais a importância de ofertar, passarei a abordar os seguintes temas:

1º Promessas de bênçãos.

2º O medo da derrota.

3º O objetivo de contribuição.

4º A importância da contribuição.

Promessas de Bênçãos

"*Dai e ser-vos-á dado; boa medida, recalcada, sacudida e transbordando, vos deitarão no vosso regaço; porque com a mesma medida com que medirdes também vos medirão de novo*" (Lc 6.38).

A prática de ofertar para suprir qualquer necessidade enquadrada no plano de Deus, não é somente a lei do dever, mas é, principalmente, a lei da felicidade; pois além de solucionar os pro-blemas para os quais buscamos solução, ainda recebemos as bênçãos de Deus, as quais o Senhor tem prometido àqueles que, com um coração puro e generoso, ofertam de maneira

liberal. Contribuir liberalmente proporciona resultados generosos.

Algumas pessoas chegam a dizer: “nunca contribuo porque nada tenho”, ao invés de dizer: “Nada tenho porque nunca contribuo”. O apóstolo Paulo ensina que: “*o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará*” (2Co 9.6). Com base neste ensinamento, podemos acrescentar que: o que nada semeia, nada também ceifará.

O cristão cheio do Espírito Santo tem o coração dotado de caridade, é frutuoso, e na hora de contribuir sempre encontra um saldo no seu bolso. Para ele contribuir, não precisa estar debaixo de uma lei, mas diante das necessidades. E Deus, então, cumpre as Suas

promessas sobre ele, derramando abundantes bênçãos.

Aliás, para que as promessas de bênçãos da parte de Deus, sobre contribuição financeira, se concretizem em nossas vidas, devemos contribuir motivados pelo amor, não pelo legalismo.

Abel alcançou graça e prosperou diante de Deus, agradando-O com suas ofertas voluntárias.

As diferenças de bênçãos entre Abel e Caim não se deram com base em dízimo, ou seja, por um ter dado menos quantidade e outro ter dado mais, mas sim pelas motivações de ambos. Com certeza não foi pela quantidade que a oferta de Caim não foi aceita diante de

Deus, mas pela qualidade. Em resumo, por falta de amor a Deus.

Enquanto Abel procurava, entre o seu rebanho, o que era mais precioso para ofertar ao Senhor, Caim, certamente, reservava aquilo que para ele era de segunda qualidade (do que não interessava muito a ele), e por este motivo Deus não atentou para a sua oferta. Isto quer dizer: Caim não foi correspondido em bênçãos; pois sabe-se que, ofertar do que é de segunda qualidade (do que temos), é reputado diante de Deus como prática do mal. Confira: Malaquias 1.7-8, e Levítico 22.20.

Porém, Abel, com o coração ardendo de amor a Deus e na intenção de Lhe oferecer algo valioso, separava uma oferta das primícias do seu rebanho (dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura,Gn 4.4). E por este

glorioso motivo, Deus atentou para Abel e para a sua oferta.

Observemos que, quando a Bíblia fala sobre a oferta de Caim, refere-se simplesmente a uma oferta (nada mais do que uma oferta), mas, quando fala sobre a oferta de Abel, refere-se à qualidade da oferta, dizendo que **Abel levou dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura.** Foi na qualidade da oferta que Abel expressou o seu amor a Deus.

Para Abel, com certeza, o gozo de oferecer algo a Deus era muito maior do que o de possuir o rebanho. Ele ofertava com tanto amor que, certamente, nem levava em conta que isso podia ser-lhe revertido em bênçãos; o seu grande objetivo era servir ao Senhor. Por este motivo ele oferecia o melhor.

Portanto, quando o amor é puro, sincero e verdadeiro, sempre é oferecido o melhor. Deus, ao contemplar a humanidade caída e caminhando para o abismo por não ter condição própria de salvação, e sabendo Ele que era necessário enviar alguém para a salvação do homem, procurou entre o Reino celestial (entre os Seus), o melhor para oferecer pela salvação humana. E o melhor era Jesus, o Seu Filho. E foi Ele que Deus ofereceu pelo nosso resgate. Motivo este que, no Evangelho Segundo João 3.16, encontramos a gloriosa frase sobre a maior oferta do mundo, dizendo: "*Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna*" (Jo 3.16).

Amados irmãos, embora sabendo que no cristianismo as ofertas têm efeitos diferentes das ofertas praticadas por Abel e Caim (pois as ofertas

do cristão devem ser oferecidas à obra de Deus, e não oferecidas em sacrifícios a Deus), porém, diante desta abundante graça de Jesus e deste tão grande amor do nosso Deus, qual tem sido o nosso propósito para contribuir com a Sua obra? Ofertar da sobra?..., do mais inferior?..., ou das primícias das nossas rendas?...

Porém, isto fica à critério do sentimento de cada um, conforme está escrito: "*Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria*" (2Co 9.7).

Falando em PROMESSAS DE BÊNÇÃOS, vale lembrar que, existem muitas promessas de bênçãos para os cristãos, referentes a contribuição financeira realizada pela lei da liberdade e com propósito de coração, porém, nenhuma relacionada a dízimo.

Na Bíblia Sagrada não existe nenhuma promessa de benção para o cristão, referente a dízimo (a pagamento de dízimo, entrega de dízimo, devolução de dízimo; como queira). O que acontece, é que muitos instrutores religiosos, por falta de conhe-cimento apropriado das Santas Escrituras, pegam as promessas de bênçãos que acompanham a contribuição espontânea do cristão, ou seja, as promessas referentes à contribuição realizada pela lei da liberdade (sem percentual máximo nem mínimo) e, por conta própria, atribuem a dízimo (convertem em dízimo), quando na verdade, a contribuição cristã nada tem a ver com dízimo. Segundo as Sagradas Escrituras, não se deve associar dízimo à contribuição cristã.

É importante salientar que, todas as promessas de bênçãos encontradas na Bíblia Sagrada, referentes à Dízimo (a pagamento de dízimo, devolução de dízimo, como queira), foram feitas única e exclusi-vamente para povo do Antigo

Testamento (fora da Graça de Cristo). Porque todas as promessas de bênçãos, nesta área, direcionadas ao povo Cristão (ao povo que vive pela Graça de Cristo), são feitas com base nas contribuições espontâneas, ou seja, referentes às contribuições isentas de percentual prefixado por Lei (sem percentual máximo nem mínimo). Porque, segundo a Bíblia Sagrada, o percentual de contribuição do cristão fica sujeito ao propósito do seu próprio coração; veja 2 Co 9.7.

Portanto, cristãos, devemos contribuir pelo ensinamento do Espírito de vida, em Cristo Jesus, e não pelo ensinamento da ordenança da Lei.

Porque o Espírito de vida, em Cristo Jesus, ensina a contribuir livremente e por propósito de coração; enquanto a ordenança da Lei ensina a cumprir percentual.

O Medo da Derrota

Muitos sofrem com medo de não conseguir o que precisam, e até de perder o que já conseguiram. O medo não é outra coisa senão a transgressão da fé. O medo significa: perder a confiança nas promessas de Deus. E essa falta de confiança produz ansiedade, insegurança, e acaba bloqueando o fluir das bênçãos de Deus nas suas vidas.

Veja o que diz Jesus, concernente aos que têm medo de não conseguir o que necessitam:

25 *Por isso vos digo: Não andeis cuidadosos quanto à vossa vida, pelo que haveis de comer e pelo que haveis de beber, nem, quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o mantimento, e o corpo mais do que o vestido?*

26 *Olhai para as aves do céu, que nem semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros; e o vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas?*

27 *E qual de vós poderá, com todos os seus cuidados, acrescentar um côvado à sua estatura?*

28 *E, quanto ao vestido, por que andais solícitos? Olhai para os lírios do campo, como eles crescem: não trabalham nem fiam;*

29 *E eu vos digo que nem mesmo Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles.*

30 *Pois, se Deus assim veste a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no*

forno, não vos vestirá muito mais a vós, homens de pouca fé?

31 *Não andeis pois inquietos, dizendo: que comeremos, ou que beberemos, ou com que nos vestimos?*

32 *Porque todas estas coisas os gentios procuram. De certo vosso Pai celestial bem sabe que necessitais de todas estas coisas;*

33 ***Mas buscai primeiro o Reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas*** (Mt 6.25-33).

Em primeiro lugar, devemos examinar se estamos realmente de acordo com a vontade de Deus, declarada por Jesus no texto acima, ou seja, se estamos empenhados na busca do Reino de Deus e na realização da Sua justiça. Depois

de constatadas estas duas virtudes nas nossas vidas, devemos, sobretudo, confiar que Deus contempla os nossos passos, que conhece o nosso deitar, o nosso levantar, e inclusive, todas as nossas neces-sidades, e que todas estas coisas que precisamos nos serão acrescentadas.

Devemos crer na constante presença de Deus na nossa vida e no Seu poder de suprir todas as nossas necessidades; pois está escrito: "*Minha é a prata, e meu é o ouro, disse o Senhor dos Exércitos*" (Ag 2.8).

É necessário que confiemos na Onisciência, Onipresença e Onipotência de Deus. O salmista Davi, inspirado nesta confiança, declarou: "*O Senhor é meu pastor; nada me faltará*" (Sl 23.1). O apóstolo Paulo, pela mesma inspiração, afirmou: "*Tudo posso*

naquele que me fortalece" (Fp 4.13). Aquele que teme não está na fé.

O Objetivo de Contribuição

Mesmo contendo nas Escrituras Sagradas grandes e gloriosas promessas de bênçãos para o contribuinte, o nosso principal objetivo não deve ser de receber, mas de ajudar. O retorno finan-ceiro não é o principal. Sobretudo, temos que priorizar a justiça e o amor. Pois está escrito: "*Mas buscai primeiro o Reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acres-centadas*" (Mt 6.33).

A orientação do versículo acima é para que o nosso objetivo final não seja o retorno financeiro, mas sim, de suprir as necessidades da obra de Deus.

Aliás, em termos de recompensa, acima da financeira, temos a Eterna (a coroa da justiça) que é a melhor recompensa. Porque o que recebemos em bens materiais, só podemos desfrutar durante este tempo exíguo em que vivemos na carne, mas o que recebemos para depois da ressurreição, permanecerá eternamente conosco. E muitas recompensas por sinal, não se recebem aqui, mas na eternidade.

Quanto à recompensa eterna, temos um glorioso exemplo narrado pelo Evangelista Lucas no capítulo 14, do versículo 12 ao 14, quando Jesus, ao instruir o povo a que convidasse os pobres e demais necessitados quando oferecesse um jantar ou uma ceia, citou a recompensa eterna, dizendo: "*Eles não tem com que te recompensar, mas recompensado te será na ressurreição dos justos*".

Paulo, cheio de sabedoria espiritual e visando a glória da recompensa eterna, declarou: "*Combati o bom combate, acabei a carreira, e guardei a fé. Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz,* ***me dará naquele dia***" (2 Tm 4.7-8).

A Importância da Contribuição

A contribuição financeira, dada e aplicada de maneira correta, produz efeitos tão agradáveis a Deus, de forma a ser registrada em Memória Divina. Em Atos dos Apóstolos, capítulo 10, versículos 1 ao 4, encontra-se um relato do anjo de Deus dirigido à Cornélio, dizendo: "*As tuas orações e as tuas* ***esmolas*** *têm subido para memória diante de Deus*".

Aliás, em todas as áreas da obra de Deus que esta contribuição for devidamente aplicada,

produzirá efeitos espirituais, seja para custear obreiros integrados na obra, para construção de casas dedicadas a obra de Deus, etc. e, inclusive, quando investida na Assistência Social, pois tal obra demonstra mais facilmente o amor de Deus derramado no coração do Seu povo, proporcio-nando grandes e gloriosos efeitos na propagação do Evangelho de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo; pois esta obra aumenta as possibilidades dos que são ajudados, sendo incrédulos, de se converterem a Cristo; e sendo cristãos, renderem graças a Deus pela liberalidade dos nossos dons para com eles (2Co 9.12-14).

10. A Lei de Mandamentos Carnais e a Lei da Graça

Desfrutar verdadeiramente da salvação pela graça, significa: deixar para trás toda confiança nas ordenanças da Lei de mandamentos carnais, e passar a viver 100% em Jesus.

Duas condições para realização de obras são claramente encontradas na Bíblia Sagrada:

Primeira: As obras realizadas pela Lei da liberdade (pela Graça de Cristo).

Segunda: As obras realizadas pela Lei de Mandamentos Carnais (pela capacidade humana).

As obras pela Lei da liberdade, são realizadas pelos justificados em Cristo Jesus (o homem as realiza por ser salvo).

As obras pela Lei de mandamentos carnais, são realizadas para ser salvo por elas (fora da graça de Cristo), o homem tenta realizá-las nas condições de próprio resgatador de si mesmo.

A Lei que condiciona a salvação pelas obras de mandamentos carnais, é nomeada também de: Lei de Moisés; são mandamentos, estatutos e juízos dados por Deus para o povo de Israel, por intermédio de Moisés; Lei esta, recebida no Monte Sinai (Lv 18.5). É uma Lei que exige do ser humano, muita capacidade e perfeição para o seu cumprimento. Dentro dessas indispensáveis condições, o homem seria

resgatado dos seus pecados pela própria capacidade, sem precisar da Graça de Cristo.

Foi para isso que Deus deu a Lei, conforme está escrito:

a) "*Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; os quais, observando-os o homem, viverá por eles*" (Lv 18.5).

b) "*E dei-lhes os meus estatutos e lhes mostrei os meus juízos, os quais, cumprindo-os o homem, viverá por eles*" (Ez 20.11).

c) "*Ora, Moisés descreve a justiça que é pela lei, dizendo: o homem que fizer estas coisas viverá por elas*" (Rm 10.5).

Mas, devido à incapacidade humana, a Lei acabou aumentando ainda mais o pecado do

homem, e revelando todo o seu estado de miséria diante de Deus, pelo que diz: *"Veio, porém, a lei para que a ofensa abundasse"* (Rm 5.20).

Isso, evidentemente, porque as obras da Lei não são praticadas pela fé em Cristo, mas sim pela capacidade humana, ou seja, pela força da carne; por isso são consideradas obras de mandamentos carnais. **"É a religião de baixo para cima"**. Essa Lei ao se deparar com a incapacidade e fragi-lidade humana acaba gerando o pecado, por falta do seu cumprimento. É quando o pecado toma força contra o ser humano por intermédio da Lei; é o que conferimos na expressão do apóstolo Paulo: "*Ora, o aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei*" (1 Co 15.56).

As obras do cristianismo, que vem pela lei da graça ou pela lei da liberdade, conforme relata Tiago (Tg 1.25; 2.12), são bem diferentes das obras de mandamentos carnais. Pelas obras de mandamentos carnais, as quais o homem tenta realizar para ser salvo por elas, a capacidade humana tem que estar à altura da exigência da lei; enquanto na lei da graça que há em Cristo Jesus, a exigência da lei se ajusta à altura da capacidade humana. Por isto é chamada de "**Lei da Graça**". Por exemplo, em termos de assistência social, que é uma obra indispensável para a igreja, porém, se for ditada uma lei, que cada membro ajude certo número de necessitados com um determinado valor, não podendo ser menos, isso caracteriza obra de mandamento carnal. Pois é uma condição preestabelecida, que expressa confiança na carne; e pode algum membro não ter condição para isso; e na transgressão dessa determinação, o tal cometerá pecado. Mas se deixar em

liberdade para que cada membro contribua conforme a sua prosperidade, isto é, dentro de sua capacidade, qualquer valor com que alguém venha contribuir, contanto que haja amor no seu coração, o tal estará agradando a Deus e cumprindo assim a lei da liberdade, em Cristo Jesus, livre de qualquer transgressão e isento da maldição da Lei.

Por esta razão, Deus, pela Sua misericórdia, tirou dos nossos ombros as ordenanças do Antigo Pacto, as quais proporcionavam força ao pecado, para que vivêssemos segundo a Sua Graça; é o resultado da expressão do apóstolo Paulo aos romanos: "*Porque onde não há lei também não há transgressão*" (Rm 4.15).

Os apologistas do dízimo afirmam que o cristão deve 10 por cento de sua renda ao

Senhor. Apegam-se na ordenança da Lei de mandamentos carnais, registrada em Malaquias 3.8-10, a qual realmente cobra o dízimo do povo da Lei, comprometendo até a salvação de seu sonegador. Dessa forma, seus princípios caracterizam a religião humana, "**de baixo para cima**", é a religião baseada em obras da Lei (obras mortas). Mas a religião do cristão não é humana, é divina, "**de cima para baixo**", através dela Deus oferece ao homem a graça da salvação, por reconhecer a incapacidade humana de produzir obra de justiça.

A religião **Divina** consiste em salvação pela graça. Se a salvação tivesse preço, não seria com 10% do salário de alguém, por mais que ganhasse, que seria paga. Por esta gloriosa razão, usa-se a seguinte afirmação: "*Porque pela graça sois salvos. Por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das*

obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2.8-9). Isto prova que não devemos 10% ao Senhor, o que devemos é a gratidão e o amor do nosso coração a Deus pela Sua obra. Isto significa que é para contribuirmos voluntariamente, e, às vezes, até com mais do que 10%, de acordo com a orientação de Paulo:

a) "*Conforme propôs no seu coração*" (2 Co 9.7).

b) "*Conforme a sua prosperidade"* (1 Co 16.2).

Muitos crentes ainda não aprenderam a se libertar da confiança na carne. Preferem ter o dízimo como lei, para gloriar-se nele e tê-lo como base para salvação. Porém Paulo disse: "*Mas longe esteja de mim gloriar-me, a não ser*

na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo" (Gl 6.14).

Para esses que assim se gloriam, a qualquer irregularidade nas suas vidas, se escondem atrás do dízimo, dizendo: "***Mas eu sou dizimista, como isto pode acontecer comigo?"*** Isso é pura religião humana, "**de baixo para cima".** Nela o homem tenta oferecer a Deus o produto da sua justiça, exigindo salvação, por não aceitar a incapacidade humana. E nessa tentativa fracassada, continua oferecendo a Deus produto do Antigo Pacto (a Lei), como: guarda de dias meses e anos, dízi-mos, circuncisão, abstinência de manjares etc. etc.

Dar o **Dízimo**, ou praticar qualquer outra obra da **Lei de mandamentos carnais** como

condição imprescindível à salvação, é praticar **obra morta**.

Paulo, ao demonstrar a inutilidade delas, afirma: "*As quais têm, na verdade, alguma aparência de sabedoria, em devoção voluntária, humildade, e indisciplina do corpo, mas não são de valor algum senão para a satisfação da carne*" (Cl 2.23).

Na Obra de Redenção que Cristo realizou por nós, também foi cumprida a Lei do percentual de contribuição (a Lei do dízimo), e cravada na cruz. Devemos crer que Jesus cumpriu com perfeição este percentual, pagou-o bem pago, e o consumou para sempre, dando-nos o seu real cumprimento pela Sua GRAÇA. Portanto, aquele que confia plenamente que Jesus completou a Obra de Redenção, não tenta repetir o cumprimento de obras de natureza legalista, as quais Ele já consumou por nós. O verdadeiro cristão acredita

plenamente na frase vitoriosa que Jesus pronunciou na cruz do Calvário, dizendo: “ESTÁ CONSUMADO”.

Em relação ao dízimo, o que faz parte das ordenanças da Lei não é a contribuição em si, mas ao contrário, é o percentual que ele traz consigo prefixado pela Lei.

O Domínio e Força do Pecado

Para obtermos um melhor esclarecimento concernente a esse “domínio e força do pecado” sobre o ser humano, comecemos analisando os versículos transcritos a seguir:

a) “*Porque o pecado não terá* ***domínio*** *sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça*” (Rm 6.14).

b) "*Ora, o aguilhão da morte é o pecado, e a* ***força*** *do pecado é a lei*" (1Co 15.56).

No primeiro versículo, encontramos uma advertência sobre "**o domínio do pecado**", e no segundo, sobre a "**força do pecado**"; o que podemos observar é que ambos se caracterizam pela presença da Lei. Essa Lei que ao se deparar com a incapacidade da carne, gera o pecado tomando força e domínio sobre o ser humano.

Muitos, têm me feito a seguinte pergunta: "é a Lei pecado?" E a resposta corretamente dada é: de modo algum. Paulo, ao instruir os romanos sobre a força e o domínio do pecado por intermédio da Lei, é bem claro ao afirmar: "*A lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom*" (Rm 7.12).

O que Paulo aponta como erro não procede da Lei, mas sim da imperfeição humana. É quando ele declara que a Lei enfermou pela carne (Rm 8.3).

A fragilidade humana não resiste à cobrança da perfeição da Lei. A Lei só teria condição para salvar se encontrasse perfeição e justiça no ser humano, porém, é exatamente por falta dessas indispensáveis virtudes que torna impossível a salvação pela Lei.

Paulo revela o fracasso do homem diante da santidade e perfeição da Lei, dizendo: "*Porque bem sabemos que a lei é espiritual, mas eu sou carnal, vendido sob o pecado*" (Rm 7.14).

Se a Lei realmente encontrasse na carne suas requisitadas qualidades, não seria chamada

de "**Ministério da Morte**" e "**Ministério da Condenação**", como foi no capítulo 3, versículos 7 a 9 da Segunda Epístola de Paulo aos Coríntios, mas sim de "**Ministério da Salvação**". Porém não havendo em nós as devidas qualidades, a Lei condenou a carne no pecado. Mas Deus, pelas riquezas da Sua Graça, enviou Seu Filho Jesus Cristo, guardando e cumprindo com perfeição a Lei que havia condenado a carne no pecado, e inverteu a situação, condenando o pecado na carne, para que fossemos livres da força e do domínio do pecado. Isto se não voltarmos a persistir na prática das ordenanças da Lei da condenação, a qual o dízimo faz parte integrante, mas vivermos 100% na Graça de Cristo.

Observemos Romanos 8.1-3, transcritos a seguir:

1) *Portanto agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito*.

2) *Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte*.

3) *Porque o que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne, Deus, enviando seu Filho em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne*.

Esta passagem bíblica é muito lida nas igrejas, mas pouco observada como declaração de isenção da **Lei de mandamentos carnais**, a qual gera o pecado. No versículo 2 (citado acima), Paulo declara: "*Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte*". Em parte, é o mesmo que

dizer: “Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do dízimo”. Isto, obviamente, porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, ensina a contribuir livremente e por amor à Obra de Deus, mas a lei de mandamentos carnais, que é a lei do pecado e da morte, ensina a cumprir percentual.

Na dispensação da Lei, o percentual de contribuição prefixado era o dízimo, e não podia, obviamente, ser dado menos. Pois, a qualquer impossibilidade do seu cumprimento, o pecado estava à porta, dominando o povo de Deus por tal transgressão.

Na lei da Graça, Deus tirou este poder do pecado, deixando livre qualquer percentual e de acordo com as possibilidades de cada cristão. É exatamente por este motivo que a lei da Graça não causa transgressão.

Deus tirou a Lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças, para livrar o Seu povo da maldita transgressão: "*Todos aqueles, pois, que são das obras da lei estão debaixo da maldição; porque está escrito: maldito todo aquele que não permanecer em todas as coisas que estão escritas no livro da lei, para fazê-las*" (Gl 3.10).

Essa maldição só recai sobre o povo da Lei, que quer realizar obras exclusivas do Antigo Pacto, cujo dízimo faz parte. Esta confirmação encontramos em Malaquias 3.9, quando cujo texto refere-se à transgressão do dízimo, dizendo: "***Com maldição sois amaldiçoados***". Para fugir da transgressão da Lei, só saindo de debaixo dela, conforme nos adverte Paulo na sua Epístola aos Romanos: "*Porque onde não há lei também não há transgressão*" (Rm 4.15).

Portanto, cristão, não se prenda debaixo do jugo da servidão, mas viva 100% na Graça de Cristo, para obter o generoso resultado que ela nos concede: "*Porque o pecado não terá domínio sobre vós, pois não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça*" (Rm 6.14).

As Obras pela Lei da Graça

"*Não estamos sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo*" (1 Co 9.21).

Embora o cristão não tenha compromisso com a Lei de mandamentos carnais (o Antigo Pacto), ele tem com a lei de Cristo. A lei de Cristo, mesmo sendo chamada de "**Lei da liberdade**" ou "**Lei da fé**", não dispensa, dentro das possibilidades humanas, as boas obras. O próprio Jesus menciona as obras do cristão ao prometer o Seu galardão, quando diz: "*E o meu*

galardão está comigo para dar a cada um segundo as suas obras" (Ap 22.12).

Tiago é claro ao afirmar: "*A fé sem obra é morta*" (Tg 2.17).

Muitos, por falta de interpretação correta das Santas Escrituras, julgam que a expressão de Tiago entra em contradição com algumas ex-pressões do apóstolo Paulo, como por exemplo, quando Paulo afirma aos efésios: "*Não vem das obras, para que ninguém se glorie*" (Ef 2.9), e aos romanos: "*Mas se é pela graça, já não é pelas obras; de outra maneira, a graça já não é graça*" (Rm 11.6).

O que devemos entender é que Tiago está fazendo referência às obras da fé (do Novo Conserto), enquanto Paulo está falando sobre as obras da Lei (do Antigo Conserto).

No capítulo 3, versículo 20, de sua Epístola aos Romanos, podemos claramente entender que Paulo se refere às obras da Lei do Antigo Pacto, quando faz a seguinte declaração: "*Por isto nenhuma carne será justificada diante dele pelas* ***obras da lei****, porque pela lei vem o conhecimento do pecado*" (Rm 3.20). E no versículo 28 do mesmo capítulo, diz: "*Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé sem as* ***obras da lei*** *"*. Porém o próprio apóstolo Paulo, quando se refere às obras que são pela fé, admoesta os cristãos, incentivando-os com grande ênfase a realizá-las pelo amor e a fé cristã. Ao escrever sua Primeira Epístola a Tito, ele o desperta, dizendo que Jesus Cristo está preparando um povo de boas obras, quando diz: "*O qual se deu a si mesmo por nós para nos remir de toda iniqüidade, e purificar para si um povo seu especial, zeloso de boas obras*" (Tt 2.14). E na sua Epístola aos Efésios diz: "*Porque somos feitura sua, criados em Cristo*

Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nela" (Ef 2.10).

No cristianismo realmente é excluída a lei de mandamentos carnais, mas estabelecida a lei da fé, que opera por amor (Gl 5.6). No caso da contribuição financeira, não estamos sem lei, mas debaixo da lei de Cristo.

Enquanto o dízimo é excluído por fazer parte das ordenanças da lei de mandamentos carnais, é estabelecida a lei de contribuição pela fé, que opera por amor (2Co 9.7). Esta lei não dispensa a contribuição, porém, só a exige de acordo com as possibilidades de cada um, segundo está escrito: "***Conforme a sua prosperidade***" (1Co 16.2; 2 Co 8.12).

Se o cristão não pode contribuir, por motivo de força maior, nada lhe é cobrado; mas

se pode e não o faz, obviamente que sua espiritualidade está em baixa, por não sentir amor pela obra de Deus. Pois é evidente que nele não existe mais o indispensável fruto do Espírito, mencionado em Gálatas 5.22: "*Mas o fruto do Espírito é: amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança*".

Ter possibilidade de fazer o bem e não o fazer é imputado como pecado, conforme está escrito: "*Aquele, pois, que sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado*" (Tg 4.17).

Concluímos, pois, que a bondade, a fé, a benignidade e o amor, com que o verdadeiro cristão é dotado, são companheiros inseparáveis das boas obras.

12. A Finalidade de Contribuição Financeira da Igreja

O objetivo de contribuição do cristão deve ser originado pelo amor, sem levar em conta o que pode ou não receber em retribuição.

As bênçãos financeiras acontecem automaticamente, desde que sua contribuição seja efetuada de maneira adequada, isto é, motivada pelo amor.

Como já temos observado nos capítulos anteriores, a lei do dízimo não se enquadra na prática do verdadeiro cristianismo. Então, como deve o cristão proceder para contribuir à obra de Deus? Levando ofertas em justiça, o que propuser no seu coração, isto de boa mente e com alegria, tendo consciência de que a obra de

Deus carece da sua colaboração; sabendo ainda que se, espontaneamente (independente de percentual), não tiver desejo de render algo à causa de Deus, sua regeneração em Cristo fica em dúvida.

Para que fim irá o cristão contribuir? Desde que se entenda que a contribuição passa pela lei da liberdade que há em Cristo Jesus, sem dúvida, a responsabilidade do cristão cai ainda mais sobre os seus ombros, porque terá de provar para si mesmo, qual é o seu amor pelo Senhor e Sua obra. Pois está escrito: *Não ameis em palavras, mas por obras e em verdade*, (1 Jo 3.18). O verdadeiro cristão sabe do seu dever de contribuir para que a igreja tenha com que se manter em sua totalidade, isto é, suprir à medida do possível todas as necessidades enquadradas na obra de Deus. Deve contribuir para que haja pregação do Evangelho, para

sustento de obreiros (quando for necessário), para manter o local onde a igreja se reúne, etc.

Deve contribuir, também, e com grande ênfase, para que exista assistência ao necessitado. A este assunto foi reservado um bom espaço, tendo em vista que grande parte da arrecadação da igreja primitiva era para socorrer os necessitados, e que muitos obreiros, hoje, não ensinam esta doutrina cristã, muito enfatizada na Bíblia.

A igreja primitiva, como possuidora das virtudes espirituais, era dotada de caridade e colocava o amor em prática por ensinamento de Jesus Cristo, que diz: *A lei resume-se em amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo*. Veja Mt 22.39; Mc 12.31.

Em Lucas 12.33, Jesus ensina dizendo: *Vendei o que tendes e dai esmolas. Fazei para vós bolsas que não se envelheçam, tesouro nos céus que nunca se acabe.*

Paulo escrevendo aos Gálatas 5.14 diz: *Toda lei se cumpre numa só palavra, nesta: Amarás o teu próximo como a ti mesmo*. E na sua Primeira Epístola a Timóteo 1.5, diz que o fim do mandamento é a caridade de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida.

Em 1º João, 4.16, diz que Deus é caridade, e quem está em caridade está em Deus, e Deus nele.

Alguém pode perguntar: “Mas a obra de assistência social faz parte da principal caridade?” Sim, é a resposta. Confira 1Jo 3.17:

Quem, pois, tiver bens do mundo, e, vendo o seu irmão necessitado, lhe cerrar as suas entranhas, como há nele caridade de Deus?. veja também Fl 1.7.

Existem religiosos afirmando que a obra de assistência social não agrada a Deus. Este foi um dos motivos que levaram Pedro a escrever a sua Segunda Epístola, começando este assunto no primeiro capítulo. Do versículo 1 ao 7, ele instrui a prática da caridade e nos versículos 8 e 9 ele nos dá o perfil daquele que a tem e daquele que não a tem: *Porque se em vós houver e abundar estas coisas, não vos deixarão ociosos nem estéreis no conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo: porque aquele em quem não há estas coisas é cego, nada vendo ao longe, havendo-se esquecido da purificação dos seus antigos pecados*. E ainda veja 1Pe 1.22; 4.8-9. Isto prova que a igreja que

assim não procede, ainda traz consigo as manchas do antigo pecado, por falta do fruto de caridade, enquanto em Gálatas 5.22 diz: *Mas o fruto do Espírito é: caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança*.

A religião pura e imaculada para com Deus

É impossível ter caridade e não atender ao necessitado (1Jo 3.17). O apóstolo Tiago confirma isto no capítulo 1, versículo 27 de sua Epístola, dizendo: *A religião pura e imaculada para com Deus, o Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações*.

Em Primeira Timóteo 5.16, Paulo também demonstra que as viúvas desamparadas eram sustentadas pela igreja. Nota-se na expressão geral de suas pregações, que sua

recomendação não eram de somente socorrer as viúvas, mas qualquer necessitado, confira Atos 20.35. Na Epístola os Romanos, ele recomenda a prática geral da **Obra Social**, dizendo: "*Comunicai com os santos nas suas necessidades*" (Rm 12.13).

Prontidão da Igreja

Nos capítulos 8 e 9 da Segunda Epístola aos Coríntios, Paulo fala com exclusividade daquilo que já havia ensinado: a prática à assistência social, isto porque discordava que um tivesse de mais e outro de menos, segundo seu comentário no capítulo 8.14-15: *Mas para igualdade; neste tempo presente, a vossa abundância supra a falta dos outros, para que também a sua abundância supra a vossa falta, e haja igualdade; como está escrito: o que muito colheu não teve de mais; e o que pouco, não*

teve de menos. Na continuação, capítulo 9, versículo 9, nos diz: *Espalhou, deu aos pobres, a sua justiça permanece para sempre*; capítulo 9, versículo 12: *Porque a administração deste serviço não só supre a necessidade dos santo; mas também abunda em muitas graças que se dão a Deus*.

Esta obra havia sido introduzida (por instrução de Paulo) nas regiões da Acaia, no ano anterior a esta Epístola, segundo o capítulo 8.10: *E disto dou o meu parecer; pois isto vos convém a vós, que* ***desde o ano passado começastes*** *e não foi só praticar, mas também querer*, e no capítulo 9, versículo 2: *Porque bem sei a prontidão do vosso ânimo, da qual me glorio de vós para com os macedônios,* ***que a Acaia está pronta desde o ano passado***.

Observa-se aqui, Paulo demonstrando que a igreja **não está pronta** enquanto deixa de assistir a seus necessitados. Inclusive esta foi a expressão de Tiago no capítulo 1, versículo 27 de sua Epístola; a de Pedro em 1 Pe 4.8; 2 Pedro 1.9; a de João em 1 Jo 4.20; e, em especial, a de Jesus, Mt 25.41-43: *Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos; porque tive fome e não me deste de comer, tive sede, e não me deste de beber; sendo estrangeiro não me recolhestes, estando nu, não me vestistes; e enfermo e na prisão, não me visitastes*. E no verso 33, Jesus tratou-os **como bodes.** Veja nos versículos 44 à 46: *Então estes lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, ou com sede, ou estrangeiro, ou nu, ou enfermo, ou na prisão, e não te servimos? Então lhes responderá, dizendo: Em verdade vos digo que, quando a um destes pequeninos o não fizestes, não o fizestes a mim. E irão estes*

para o tormento eterno, mas os justos para a vida eterna.

Fome e Sede de "Justiça"

"*Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos*" (Mt 5.6).

Existem alguns obreiros (que se dizem instrutores religiosos), contrariando a Obra Social da igreja, e ainda querem se passar por pastores. Os tais não são bem-aventurados diante de Deus, pois com esta contrariedade declaram que não têm fome, nem sede de justiça.

A **Assistência Social** é reputada como uma das maiores obras de justiça diante de Deus, conforme está escrito: *Espalhou, deu aos*

pobres, a sua justiça permanece para sempre (2Co 9.9). E:

Sl 37.21: *O justo compadece-se e dá.*

Sl 112.4: *O justo é piedoso e misericordioso*

Pv 21.26: *O justo dá e nada retém*

Em Atos 10.4, o anjo disse a Cornélio: *As tuas esmolas e as tuas orações têm chegado para memória diante de Deus*. E nos versículos 34 e 35, do mesmo capítulo, Pedro, tomado pelo Espírito Santo, define os feitos de Cornélio como sendo obras de justiça: *E, abrindo Pedro a boca, disse: Reconheço, por verdade, que Deus não faz acepção de pessoas; mas que lhe é agradável aquele que, em qualquer nação, o teme e faz o que é justo.*

Jesus, em Lucas 14.12-13, instrui o povo a quando oferecer um jantar ou uma ceia, convidar os pobres e demais necessitados; o que no versículo 14 Ele declara ser obra de justiça, dizendo: *Eles não têm com que te recompensar; mas recompensado te será na ressurreição dos* ***justos***.

Como uma obra de justiça, podemos afirmar que a caridade faz parte integrante da nossa preparação para subirmos ao encontro de Cristo e entrada no Reino dos Céus.

Na revelação do apóstolo São João, Ap 19.6-9, foi lhe expressado que a Igreja (a Noiva de Cristo) ao estar preparada para o arrebatamento (para o toque da última trombeta) se vestisse de linho fino, puro e resplandecente, porque o linho fino são as justiças dos santos.

Jó sentiu-se seguro quando lembrou-se de sua justiça que praticara para com seus necessitados. Expressou-se no capítulo 29.12-16, que com isto agradara a Deus. Ali ele diz que livrara o miserável que clamava, era o olho do cego, os pés do coxo, dos necessitados era o pai, e fazia com que rejubilasse o coração da viúva. Fazendo assim, podia dizer o que disse no verso 14: *Cobria-me de justiça, e ela me servia de vestido*. Esta é a posição que a igreja deve tomar: socorrer os necessitados, para que sua vestidura espiritual fique sem mácula; o que também é a razão da expressão de Tiago 1.27: *A religião* ***pura e imaculada*** *para com Deus, o Pai, é esta: Visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e livrar-se da concupiscência deste mundo*.

Esta é uma das formas que prepara a igreja em justiça diante de Deus, para ouvir o

toque da última trombeta e a chamada de Jesus Cristo, Mt 25.34-40: *Vinde benditos de meu Pai, possuí por herança o Reino que vos está preparado desde a fundação do mundo, porque tive fome e me destes de comer; tive sede, e me deste de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e fostes ver-me*. No versículo 37 Jesus confirma ser uma obra de justiça, dizendo: *Então os justos lhe responderão dizendo: Quando te fizemos tudo isto?* A resposta vem no versículo 40: *Quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes*.

A prática da Obra Social sempre foi uma das principais obras do Evangelho. Além de tudo, esta caridade tem que ser pura e sem fingimento.

Paulo, escrevendo a Timóteo, diz que o fim do mandamento é a caridade de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida (1Tm 1.5). Isto quer dizer: fazer tudo, sem buscar os nossos próprios interesses, sem levar em conta o que a pessoa favorecida pode ou não fazer em nosso favor.

A recompensa virá do alto: "*Eles não tem com que te recompensar, mas recompensado te será na ressurreição dos justos*", disse Jesus (Lc 14.14); confira Lc 6.35; Gl 6.9.

Por isto, Paulo escreve a sua Primeira Epístola aos Coríntios 13.3, dizendo: *E ainda que distribuísse toda a minha fortuna para sustento dos pobres, e não tivesse caridade, nada disto me aproveitaria*, e no verso 5 diz que a caridade não busca os seus próprios

interesses. Encontramos a mesma expressão em Lv 25.37, dizendo: *Não lhes darás teu dinheiro por usura, nem darás o teu manjar por interesse*. Veja Rm 12.8.

É lamentável a existência de igrejas com membros necessitados, sem serem socorridos. Infelizmente, tal obra não está no interesse de seus obreiros. Importa-me lá desta natureza prova falta de caridade, falta de espiritualidade e com-petência para realizar a obra de Deus (Pv 21.13).

O obreiro jamais poderá alcançar êxito diante de Deus sem que haja nele um verdadeiro espírito de caridade, Hb 13.1-3. Porém estes que só são pastores na aparência se decepcionarão no dia do juízo, dizendo: *Mas não profetizamos nós em teu nome? E em teu nome não expulsamos demônios? E em teu*

nome não fizemos mara- vilhas? O Senhor lhes dirá então abertamente: Nunca vos conheci (Mt 7.22-23). Confira ainda Jeremias 5.27-31.

Muitos perguntam: "por que a prática da caridade possui tanta virtude espiritual, a ponto de influir na própria salvação?" É fácil explicar; e para isto comecemos entendendo o que disse o apóstolo Pedro: *A caridade cobrirá multidão de pecados (1 Pe 4.8-10).* Pedro entendendo que a falta de caridade gera pecado, afirmou que com a prática dela será evitada multidão de pecados, ou seja, deixará de ser cometida multidão de pecados. Tiago, na sua epístola universal, é bem claro sobre a questão, ao dizer: *Aquele que sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado (Tg 4.17).*

Depois podemos afirmar que o cristianismo, corretamente compreendido, é a

ciência do amor. É impossível aceitar a Cristo sem a presença do verdadeiro amor. Por isto, o espírito de caridade acompanha o cristão, automaticamente. Não existe verdadeiro cristão sem o verdadeiro amor. E esse amor tem que ser colocado em prática, pois está escrito: *Não ameis em palavras, mas por obra e em verdade (1 Jo 3.18)*

O verdadeiro cristão tem o Espírito Santo, e por isto é, obviamente, dotado de caridade; pois está escrito que o fruto do Espírito é: *"caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança"* (Gl 5.22).

Em 1 João, 4.16, diz que Deus é caridade, e quem está em caridade está em Deus, e Deus nele.

Muitos têm questionado: “Ora, para que em mim haja caridade de Deus, não preciso auxiliar na fome, na sede, na enfermidade ou em qualquer outra necessidade de alguém, pois isto eu já tenho no coração”. Pois bem, se alguém tem caridade no coração, se compadece de quem passa por necessidade, e não pode ajudar, está tudo bem; mas se pode e não ajuda, nele não existe caridade de Deus. A Bíblia é clara ao afirmar: “*Quem, pois, tiver bens do mundo, e, vendo o seu irmão necessitado, lhe cerrar as suas entranhas, como há nele caridade de Deus?*” (1 Jo 3.17).

Está escrito: Amar a Deus sobre todas as coisas. Pois bem; se vissemos Deus com fome, com sede, enfermo ou com qualquer outra necessidade, prestariamos atendimento a Ele? Claro que sim, fariamos isto de imediato! Agora vem uma pergunta: fariamos isto por amor, ou por egoismo?... Não seria unicamente por interesse

próprio?... Visando somente retorno, e não suprir a necessidade de Deus (ainda que Deus não necessita de nada)?... Não seria somente buscando proveito em Deus por sabermos que Ele tem poder para nos retribuir?... Porque se não fizermos o mesmo pelo nosso irmão, está provado que seria puro egoismo. Porque a mesma Bíblia que diz para amar a Deus, também diz para amar o próximo, o nosso irmão. Por que para Deus fariamos tudo, mas para o nosso irmão, nada? Não sabemos que fazer para o nosso irmão é o mesmo que fazer para Deus, e deixar de fazer para o nosso irmão é o mesmo que deixar de fazer para Deus? É fazendo pelo próximo que realizamos o nosso amor a Deus. É amando o próximo que Deus se sente amado por nós. É servindo o próximo que Deus se sente servido por nós. Quer realizar algo a Deus, faça pelo próximo. O nosso amor a Deus se realiza na pessoa do próximo. É fazendo pelo próximo que fazemos para Deus. É deixando de fazer pelo próximo que deixamos de fazer para Deus.

Jesus deu prova desta realidade, ao deixar bem claro que, no grande julgamento, ao condenar alquem por falta de caridade, dirá: *todas as veses que deixastes de fazer a um destes pequeninos, a mim o deixastes*. E ao dar as boas-vindas ao Reino dos céus pela realização de caridade, dirá: *Todas as veses que fizestes a um destes pequeninos, a mim o fizestes*. (Mt 25.34-45).

Para mais confirmação deste esclarecimento devemos lembrar que, ao pregar a entrada no Reino dos Céus, João Batista chamava a atenção do povo para a prática da caridade, dizendo: *Toda árvore, pois, que não dá bom fruto, corta-se e lança-se no fogo*. E a multidão o interrogava a respeito deste fruto, dizendo: *Que faremos, pois?* Noutras palavras: *que fruto é esse?* Então respondendo ele, disse-lhes: *Quem tiver duas túnicas reparta com*

quem não tem, e quem tiver alimentos faça da mesma maneira (Lc 3.9-11).

Então, amados irmãos, está mais do que provado, à luz das Escrituras Sagradas, que a assistência aos necessitados é uma determinação divina, e que o fruto do Espírito é: *caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança (Gl 5.22).*

Por esta gloriosa razão a igreja primitiva investia a maior parte de sua arrecadação em "Assistência Social" (na realização de caridade).

Promessas Bíblicas Referentes à Caridade

1) Sl 41.1-3:

a) *Bem-aventurado é aquele que atende ao pobre;*

b) *O Senhor o livrará no dia do mal.*

c) *Será abençoado na terra.*

d) *O Senhor o sustentará no leito da enfermidade.*

e) *Tu renovas a sua cama na doença*.

2) 2 Pe 2.9:

"*Assim sabe o Senhor livrar da tentação os piedosos*".

3) Is 1.17-20:

Aprendei a fazer bem, praticai o que é reto; ajudai o oprimido; fazei justiça ao órfão; tratai da causa das viúvas.

a) *Vinde então e argui-me, diz o Senhor.*

b) *Ainda que os vossos pecados sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve.*

c) *Anda que sejam vermelhos como o car-mesim, se tornarão como a branca lã.*

4) Lc 11.41:

"*Dai antes esmolas do que tiverdes, e eis que tudo vos será limpo*".

5) 1 Pe 4.8:

"*Mas, sobre tudo, tende ardente caridade uns para com os outros; porque a caridade cobrirá multidão de pecados*".

6) Pv 19.17:

"*Ao Senhor empresta o que se compadece do pobre, e ele lhe pagará o seu benefício*".

7) 1 Tm 6.18-19:

a) *Que façam bem, enriqueçam em boas obras, repartam de boa mente, e sejam comunicáveis.*

b) *Que entesourem para si mesmos um bom fundamento para o futuro.*

c) *Para que possam alcançar a vida eterna*.

8) At 10.31:

"*As tuas esmolas estão em memória diante de Deus*". Veja ainda: 1 Tm 4.8; Mt 25.34-40; Mt 19.21; 2 Co 9.9.

9) Lc 6.35-36:

"*Emprestai, sem nada esperardes, e será grande o vosso galardão*". Veja ainda: Ec 11.1-2; Pv 2.29; Pv 28.27; Pv 25.21-22.

10) Sl 112.4-9:

a) *Aos justos nasce luz nas trevas; ele é piedoso, misericordioso e justo.*

b) *Bem irá ao homem que se compadece e empresta: disporá a sua causa com juízo.*

c) *Na verdade que nunca será abalado: o justo ficará em memória eterna.*

d) *Não temerá maus rumores; o seu coração está firme, confiando no Senhor.*

e) *O seu coração, bem firmado, não temerá, até que ele veja cumprido o seu desejo sobre os seus inimigos.*

f) *É liberal, dá aos necessitados: a sua justiça permanece para sempre, e a sua força se exaltará em glória.*

11) Is 58.7-11:

Porventura não é também que repartas o teu pão com o faminto, e recolhas em casa os pobres desterrados? E, vendo o nu, o cubras, e não te escondas da tua carne?

a) *Então romperá a tua luz como a alva.*

b) *A tua cura apressadamente brotará.*

c) *A tua justiça irá adiante da tua face.*

d) *A glória do Senhor será a tua retaguarda.*

e) *Então clamarás, e o Senhor te responderá.*

f) *Gritarás, e ele dirá: Eis-me aqui.*

g) *A tua luz nascerá nas trevas.*

h) *A tua escuridão será como o meio-dia.*

i) *E o Senhor te guiará continuamente.*

j) *E fartará a tua alma em lugares secos.*

k) *Fortificará teus ossos.*

l) *E serás como um jardim regado.*

m) *É como mananciais, cujas águas nunca faltam.*

12) Lc 6.38:

Dai, e ser-vos-á dado; boa medida, recalcada, sacudida e transbordando, vos deitarão no vosso regaço.

12. Conclusão

Ao concluir este trabalho, quero deixar a minha oração a Deus, suplicando-Lhe que desça Suas bênçãos sobre o leitor, para que possa "**apresentar-se a Deus como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a Palavra da Verdade**" e que tome o jugo de Jesus: "**Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve**, **Mt 11.30"**.

Ainda quero afirmar: cristão, não seja omisso, mas contribua, não pela força da Lei ou por imposição, e sim, na liberdade do Espírito de vida, em Cristo Jesus, e por amor à obra de Deus. Porque o Espírito de vida, em Cristo Jesus, ensina a contribuir de acordo com as possibilidades e propósito de coração; enquanto a Lei do dízimo ensina a cumprir percentual.

"**Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da Lei"** (Gl 5.18).

Escrito por inspiração divina

Escritor: **Ev. Antonio Vergilio Vicente**

Contatos e pedidos:

contato@odizimoeagraca.com

(47) 3361-4260

(47) 9111-9054

Balneário Camboriú – SC